



LSPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**O FUNCIONAMENTO FAMILIAR, A INTELIGÊNCIA
EMOCIONAL E O AUTOCONTROLO NOS CRIMES DE
ABUSO SEXUAL, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E HOMICÍDIO**

RITA FREIRE LOPES

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOCRIMINOLOGIA

2014

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia.

Agradecimentos

Esta dissertação marca o culminar de um longo processo, bem como o início de uma nova e tão aguardada fase da minha vida. Os agradecimentos são um capítulo importante em qualquer acontecimento das nossas vidas. Posto isto, todo o caminho percorrido até aqui não seria possível sem o auxílio de algumas pessoas, a quem deixo os meus sinceros agradecimentos.

Começo por agradecer à Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, pela orientação fornecida ao longo deste trabalho e pela sua disponibilidade para me ajudar nos momentos em que tive mais dificuldade.

Ao Dr. Vítor Vieira, psicólogo no Estabelecimento Prisional e aos guardas prisionais, por terem feito o melhor possível no contexto citado e por terem possibilitado a recolha de dados, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível. Agradeço ainda aos reclusos que se encontram no Estabelecimento e que se disponibilizaram a participar no meu estudo.

Aos meus pais, avós e irmão, pelo apoio incondicional, pela confiança depositada e por me ensinarem que vale sempre a pena lutar por aquilo em que acreditamos.

Ao João, pela sua paciência e dedicação, por me fazer rir nos momentos de mais desespero. Por me ter acompanhado ao longo deste percurso, acreditando sempre nas minhas capacidades.

Aos meus amigos, pelos momentos de convívio, pela amizade e por estarem sempre a meu lado no bom e no mau.

Muito Obrigado.

Todo o homem nasce com potencial para fazer o Bem e o Mal. O homem não é por natureza, bom nem mau. Num sentido muito especial, ele é ao mesmo tempo bom e mau”.

(Mannheim, 1984)

Resumo

O crime é visto como um comportamento que satisfaz universalmente os desejos humanos (Gottfredson & Hirschi, 1990). Entre os elementos que podem explicar a carreira delinvente de um indivíduo, a família ocupa um lugar de eleição (Born, 2005). Mayer e Salovey (1997), indicam que a falta de aprendizagem de um repertório emocional adequado, que constitui a inteligência emocional, pode, por vezes, estar associado à origem do comportamento desviante. Na perspectiva de Gottfredson e Hirschi (1990), através da Teoria Geral do Crime, pretende-se explicar todos os tipos de crime, em todos os contextos e diferentes fases da vida, assumindo que o autocontrolo é o cerne do comportamento desviante.

Assim, este trabalho foi realizado com o objetivo de explorar a relação entre o funcionamento familiar, a inteligência emocional e o autocontrolo em sujeitos condenados pelos crimes de abuso sexual, violência doméstica e homicídio, esperando-se encontrar diferenças significativas entre as tipologias de crime nas variáveis estudadas. Para tal, contamos com 92 participantes, reclusos, do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 73 anos de idade.

Os resultados demonstram que os participantes têm uma percepção semelhante da forma como se organizam as suas famílias, excepto na comunicação, onde os abusadores sexuais reportam maiores dificuldades comunicativas. Ao nível da expressão emocional e capacidade para lidar com as emoções, foram encontradas diferenças significativas, onde os abusadores sexuais apresentaram maiores défices emocionais. No autocontrolo, foram encontradas diferenças entre os abusadores sexuais e os homicidas, onde os primeiros apresentaram maiores níveis de autocontrolo. Limitações e implicações práticas e teóricas deste estudo são discutidas com base na literatura.

Palavras-chave: Crime; Funcionamento Familiar; Inteligência Emocional; Teoria Geral do Crime; Autocontrolo.

Abstract

Crime is seen as behaviour that universally satisfies human desires (Gottfredson & Hirschi, 1990). Between those elements that may explain the delinquency of an individual, the family occupies a place of choice (Born, 2005). Mayer and Salovey (1997) suggest that the lack of learning from an appropriate emotional repertoire, which constitutes emotional intelligence, can, sometimes, be related to the origin of deviant behaviour. In the view of Gottfredson and Hirschi (1990), as set out in their General Theory of Crime, all types of crime can be explained, in all contexts and through the various stages of life, on the assumption that self-control is at the core of deviant behaviour.

This study was therefore undertaken with the objective of exploring the relationship between the functioning of the family, the emotional intelligence and the self-control in individuals who had been convicted of crimes of sexual abuse, domestic violence and murder, with the hope of finding significant differences between the types of crime in the variables that were studied. For this purpose, we relied on a sample comprising 92 male inmates, with ages ranging from 20 to 73 years old.

The results demonstrated that the participants have a perception that is similar to the way in which their families are organized, except for communication, where the sexual abusers report greater communication difficulties with their families. At the level of emotional expression and the capacity to deal with emotions, significant differences were found, with the sexual abusers showing the greatest emotions deficits. Regarding self-control, differences were found between the sexual abusers and the murderers, where the former demonstrated higher levels of self-control. Limitations and practical and theoretical implications of this study are discussed based on the literature review.

Key-words: Crime; Family Functioning; Emotional Intelligence; General Theory of Crime; Self-Control.

Índice

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 1 |
| 1. A família como meio de suporte..... | 2 |
| 1.1. Abordagem Sistêmica Familiar..... | 4 |
| 2. Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares | 6 |
| 2.1. Coesão Familiar..... | 7 |
| 2.2. Flexibilidade Familiar..... | 9 |
| 2.3. Comunicação Familiar..... | 11 |
| 3. Crimes contra as pessoas | 12 |
| 3.1. Abuso Sexual de Menores..... | 12 |
| 3.2. Violência Doméstica..... | 16 |
| 3.3. Homicídio..... | 19 |
| 4. A Inteligência Emocional | 21 |
| 4.1. A Inteligência Emocional e o Crime..... | 23 |
| 5. O Autocontrole | 25 |
| 5.1. O Autocontrole e o Crime..... | 26 |
| 6. Objetivos e Hipóteses | 28 |
| Método | 31 |
| 1. Participantes..... | 31 |
| 2. Instrumentos | 32 |
| 2.1. Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar..... | 32 |
| 2.2. Questionário de Competências Emocionais..... | 34 |
| 2.3. Escala de Autocontrole..... | 36 |
| 3. Procedimento | 36 |
| Resultados..... | 38 |
| 1. Análise das dimensões do instrumento FACES IV | 38 |
| 2. Análise Descritiva..... | 39 |
| 2.1. Análise Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo..... | 39 |
| 3. Funcionamento Familiar e Tipo de Crime..... | 40 |
| 4. Inteligência Emocional e Tipo de Crime..... | 41 |

| | |
|--|-----------|
| 5. Autocontrolo e Tipo de Crime..... | 43 |
| Discussão..... | 45 |
| 1. Funcionamento Familiar e Tipo de Crime..... | 46 |
| 2. Inteligência Emocional e Tipo de Crime..... | 49 |
| 3. Autocontrolo e Tipo de Crime..... | 52 |
| 4. Limitações | 54 |
| 5. Considerações Finais e Propostas para Estudos Futuros | 55 |
| Referências | 57 |
| Anexos..... | 67 |

Lista de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1. Fórmulas para obtenção dos Rácios do Modelo Circumplexo..... | 39 |
| Figura 2. Gráfico das Médias dos níveis da Comunicação Familiar segundo o Tipo de Crime. | 41 |
| Figura 3. Gráfico das Médias da Expressão Emocional segundo o Tipo de Crime. ... | 42 |
| Figura 4. Gráfico das Médias da Capacidade para lidar com a Emoção segundo o Tipo de Crime. | 43 |
| Figura 5. Gráfico das Médias do nível de Autocontrolo segundo o Tipo de Crime.... | 44 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Distribuição dos Participantes segundo Idade e Tipo de Crime | 31 |
| Tabela 2. Distribuição dos Participantes segundo Habilitações Literárias e Tipo de Crime | 32 |
| Tabela 3. Estrutura Fatorial do Questionário de Competências Emocionais | 35 |
| Tabela 4. Análise de Correlações de Pearson entre os Rácios do Modelo Circumplexo e a Comunicação..... | 40 |

Introdução

O crime, inerente à própria condição social da humanidade, tem sofrido ao longo da história inúmeras alterações. Atualmente, apresenta as características de um verdadeiro fenómeno social. Hoje em dia, viver em sociedade equivale a viver no seio de risco, de incerteza e angústia (Cusson, 2007). As investigações realizadas por diversos autores da área da Criminologia, têm procurado uma explicação para as razões que levam algumas pessoas a cometer determinados tipos de crime. Ao longo das últimas décadas, têm assim surgido várias teorias explicativas do crime, que procuram elucidar, não só sobre o comportamento criminal mas também sobre as suas causas, considerando tanto o crime em si como as características que se encontram na sua origem.

Há muito tempo que questões familiares deixaram de ser meramente da esfera privada, tornando-se de interesse público a resolução de conflitos que envolvam questões como o comportamento desviante/criminoso. Tendo em conta o papel relevante da família na sociedade contemporânea, torna-se imprescindível compreender o seu funcionamento, no sentido em que esta desempenha um papel essencial na vida, na formação e no desenvolvimento do indivíduo (Azambuja, 2006). Fonseca (2002a), concluiu que os maus tratos na infância e comportamentos de violência e negligência dentro de uma família, constituíam alguns preditores do comportamento violento e antissocial. Deste modo, diversos autores interessados nesta problemática, deram-nos a conhecer modelos cada vez mais complexos como é o caso do Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares, onde se abordam aspetos fundamentais do funcionamento familiar, como a coesão, a flexibilidade e a comunicação dentro do seio de uma família.

Mayer e Salovey (1997), através do constructo da inteligência emocional, revelam a existência de uma série de problemas de ajustamento no comportamento dos indivíduos, que podem ter origem precisamente em défices ou dificuldades verificadas ao nível da inteligência emocional. Neste sentido, poderemos afirmar que a forma como recebemos as emoções influencia a forma como as vamos transmitir? E que tipos de comportamentos poderemos ter?

Por outro lado, autores como Gottfredson e Hirschi (1990) apresentam a Teoria Geral do Crime, referindo que a principal causa da conduta delinvente estava na ausência de autocontrolo e nas práticas educativas parentais (a função de promover capacidades de autocontrolo aos filhos). Contudo, de que forma é que isso leva a cometer determinados crimes? E porquê cometer uns em vez de outros?

Numa tentativa de responder a estas perguntas, o objetivo do presente estudo consiste em explorar a relação entre o funcionamento familiar, a inteligência emocional, o autocontrolo e os crimes de abuso sexual de menores, violência doméstica e homicídio, trazendo à luz do conhecimento como se organiza esse sistema familiar, de que forma é que estes sujeitos percebem e fazem a gestão das suas emoções e como os mecanismos de autocontrolo são por eles utilizados.

1. A família como meio de suporte

Não é recente a ideia de que a família desempenha um papel muito importante não só no desenvolvimento e no crescimento dos indivíduos mas também no estudo do domínio da explicação e intervenção sobre o comportamento desviante (Fonseca, 2002a).

Para Benoit (2004), a força e a riqueza do funcionamento familiar são surpreendentes. Nye (1958) sugeriu que o aparecimento da conduta desviante depende de características internas (psicológicas) que impelem o sujeito para o desvio, atribuindo à família um papel crucial na fonte da aprendizagem e dos mecanismos de controlo. O autor refere ainda que o ser humano é dotado de uma capacidade e vontade para cometer atos desviantes que a maioria não o faz, devido a laços fortes que o prendem à sociedade. Isto é, o ato delinquente tende a resultar do enfraquecimento ou mesmo do corte dos laços que unem o indivíduo à sociedade, nomeadamente à família.

Segundo Konvalina-Simas (2012, p. 147), “a família é a unidade básica da sociedade formada por indivíduos com ancestrais em comum ou ligados por laços afetivos. É unida por múltiplos laços, capazes de manter os membros moralmente, materialmente e reciprocamente durante a sua vida e até durante gerações”. Por ser o primeiro agente socializador, a família dispõe de um papel crucial na educação da criança e é simultaneamente um meio onde se verificam a existência de vários fatores de risco tais como o desemprego, a pobreza, a ausência de formação qualificada, habitação precária, etc. Estes fatores poderão contribuir para a exclusão social da família, especialmente das crianças, devido à sua fragilidade física e intelectual (Fonseca, 2002a).

Do ponto de vista de Konvalina-Simas (2012) a disfunção familiar é um dos principais meios de risco ao qual o indivíduo está exposto em termos do desenvolvimento de condutas anti-sociais. Existem vários estudos que indicam que mais prejudicial do que não ter um apoio familiar, é ter uma família disfuncional que promove condutas anti-sociais, incongruentes, onde a supervisão é inadequada e muitas vezes as recompensas ou punições são confusas e inconsistentes. De acordo com a literatura, há estudos sobre as

famílias e as suas características específicas, tal como os conflitos no seio familiar, os relacionamentos parentais, o tamanho da família, as influências negativas dos outros, entre outras, que demonstram que o suporte familiar pode influenciar o sujeito para um desenvolvimento normal e saudável, ou, por outro lado, encaminhá-lo para um desenvolvimento perturbado e delincente. Deste modo, é difícil imaginar que a família não seja um dos agentes sociais, entre outros, que esteja na origem do comportamento delincente, em conjunto com uma série de fatores de risco, produzidos ao longo do tempo, durante o processo de socialização das crianças (Born, 2005).

“A família está necessariamente implicada na compreensão da delinquência enquanto cadinho onde esta delinquência nasceu ou enquanto lugar de interações relacionadas com condutas delinquentes de um ou de vários dos seus membros, sendo preciso encontrar fios condutores para compreender as relações e os eventuais fatores produtores de delinquência” (Born, 2005, p. 74). Sendo a relação entre a criminalidade e a família, tema pertinente deste estudo, o autor também mencionou que em famílias delinquentes, as relações entre os pais são muitas vezes pobres, caracterizadas mais pela rejeição ou até indiferença, comparadas a famílias não delinquentes. Este classifica o lar de famílias delinquentes como pouco caloroso, pouco atraente, com menos atividades recreativas e condutas imorais.

Konvalina-Simas (2012) refere que a família deve assumir uma quantidade de papéis e funções que estão implícitas nas dinâmicas familiares. Neste sentido, esta deve assumir funções de proteção e socialização dos seus membros, como resposta às necessidades da sociedade pertencente. As mudanças externas e internas a que a família deve responder, proporcionam um esquema de referência para um funcionamento familiar equilibrado. Logo, quando se torna necessário intervir junto de uma família ou tentar compreender o seu funcionamento, a primeira coisa a fazer é saber em que ponto do ciclo familiar se encontra esta família, considerando todas as mudanças geradoras de desequilíbrios a que a família é obrigada a dar resposta, de forma a chegar a uma nova organização (Relvas, 1996).

No processo de desenvolvimento de uma família, tanto as suas capacidades/potencialidades como as suas dificuldades vão sendo alteradas ao longo do tempo, definindo o seu processo de interação. O ciclo vital desta, consiste no conjunto de etapas que uma família atravessa, desde a sua constituição até às suas características, tarefas e dificuldades. A capacidade de ultrapassar e vencer estas adversidades não é uma tarefa fácil. A imprevisibilidade destas adversidades e a dificuldade em saber viver as

relações familiares, exige à família a existência de suportes emocionais, suportes estes que se encontram muitas vezes ligados a mecanismos de proteção. Estes mecanismos dizem respeito a fatores individuais ou contextuais, que servem como amortecedores à situação de crise. Deste modo, alguns dos componentes importantes para garantir um relacionamento saudável são: o suporte emocional, o afeto, a competência de resolução de problemas, as crenças positivas, a coesão, a flexibilidade e a comunicação aberta (Sousa, 2006).

Num contexto criminal, ao estudar populações de agressores sexuais e agressores violentos não sexuais (e.g. homicida), O'Brien (1985), verificou que o pai parece assumir um papel muito significativa na etiologia de um agressor sexual. Geralmente, uma relação entre pai e filho, marcada pela pobreza afetiva, é um facto comum em agressores sexuais. Knopp (1985), também verificou que os agressores sexuais relatavam as relações com a figura paternal como pouco calorosas, com pouca proximidade e pouco carinhosas, quando comparadas a outro tipo de agressores. Já nas relações com a figura materna, o autor encontrou semelhanças nos dois tipo de agressores (sexuais e não sexuais). Para O'Brien (1985), o cerne da questão encontra-se nas relações entre pais e filhos, relações que vão ter impacto na sexualidade, nos papéis sexuais, na parentalidade e nas atitudes em relação às mulheres.

Segundo Born (2005), todas as abordagens da delinquência são multifatoriais e recorrem à interação de variáveis familiares, partindo das dinâmicas de uma família e daquilo que por vezes as gera. Assim, podemos concluir que a família ocupa um lugar de eleição na explicação da carreira de um indivíduo com comportamentos delinquentes.

1.1. Abordagem Sistémica Familiar.

O conceito de família, como constructo teórico, tem sido abordado ao longo de diversas investigações. Segundo Relvas (1996), a família deve ser compreendida de modo holístico, como um todo, em que todos os membros constituem uma teia relacional que os unifica.

Quando nos referimos à terapia familiar como uma terapia sistémica, a família deve ser considerada como um sistema, ou seja, “um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior e mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificados” (Sampaio & Gameiro, 2005, p. 9). Desta forma, Alarcão (2006) também considera a família como um sistema, pois indica-nos que tal como outro sistema, “1) é

composta por objetos e relações; 2) contém subsistemas e é contida por diversos outros sistemas, ou suprassistemas, todos eles ligados de forma hierarquicamente organizada e 3) possui limites ou fronteiras que a distinguem do seu meio” (Alarcão, 2006, p. 40).

Enunciando um conceito mais explícito sobre a família numa perspectiva sistêmica, Gameiro (1992) descreve-a como uma “rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados.” Deste modo, a simples descrição de família não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura. Ainda, como afirma Konvalina-Simas (2012), a família é definida por um conjunto invisível de exigências funcionais, que organiza a interação entre os seus membros, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais, isto é, a interação entre estes, tende para um caráter fixo e repetitivo.

De acordo com Minuchin (1988), autor de grande relevância no estudo da dinâmica familiar, a família é considerada como um grupo social natural, onde a sua estrutura e organização qualificam as experiências de cada membro. Isto é, nenhuma família é igual e cada uma tem a sua própria identidade. Assim, os indivíduos constituem sistemas e subsistemas, podendo estes serem formados por geração, sexo, interesse ou função, com diferentes níveis de hierarquia, onde os comportamentos de cada membro afetam e influenciam os outros membros (Konvalina-Simas, 2012).

Apesar disto, afirmar que a família é um todo não pode fazer esquecer que existem indivíduos individuais (Alarcão, 2006). Para além desta ideia, deve ser tido em conta que este todo é constituído por corpos separados, e que por sua vez, esta se insere em sistemas organizados hierarquicamente, como a sociedade ou a comunidade. Ou seja, a família, para além de ser considerada um sistema integrado noutros sistemas, possui também outras totalidades mais pequenas, denominadas por subsistemas. Logo, esta noção de hierarquização não menospreza a importância da família como um todo, apenas realça a individualidade de cada membro, não esquecendo as suas relações e trocas com o meio exterior. As referidas trocas e interações entre os sujeitos e o meio, são aquilo que compõem o sistema familiar e que, ao mesmo tempo, fazem dele um sistema aberto. Assim, permitindo uma melhor compreensão do sistema familiar, considera-se a existência de limites e fronteiras, que permitem a passagem de informação entre os indivíduos e o meio, estando sujeito a pressões do exterior, mas, nunca perdendo a sua individualidade (Relvas, 1996). A ideia de uma auto-organização veio assim possibilitar aos sistemas familiares, a capacidade de autonomia e individualidade (Alarcão, 2006).

De acordo com estas afirmações, Konvalina-Simas (2012, p. 147) refere que a família representa um grupo social primário que influencia e é influenciado. Neste sentido, tendo em conta as trocas que a família exerce com o exterior, esta é então considerada como um sistema aberto, que influencia e se deixa influenciar, em que as relações com os diferentes sistemas não retiram a sua autonomia. A adaptação das famílias a estas influências externas e internas, coloca o sistema familiar à prova, avaliando o seu sentido de identidade e continuidade. Desta forma, a família passa a ser concebida como um sistema vivo, com um processo evolutivo próprio, associado à sua transformação ao longo do ciclo familiar e à constante adaptação às pressões existentes da vida (Relvas, 1996).

É normal que por vezes, ao longo do percurso familiar, surjam algumas dificuldades ou obstáculos a que as famílias estão sujeitas. Hoffman (1981) realça que as famílias estão sujeitas a constantes mudanças, onde o seu grau de capacidade de resposta adequada a estas mudanças pode ser maior ou menor, conforme as suas competências adaptativas. Assim, em situações de stress, Haley (1978; cit. por Sampaio & Gameiro, 2005), revela que são estas situações que constituem o ponto de transição de uma fase do ciclo vital para outra, onde a família se encontra numa tentativa de fazer face às novas exigências. Estas novas exigências ou mudanças, independentemente do nível de funcionamento de cada sistema, são sempre sentidas como um acontecimento stressante, ainda que possam ser convertidas em crescimento familiar (Alarcão, 2006).

Após entendermos o quão é importante olharmos para a família numa perspetiva holística, torna-se imprescindível apresentarmos a forma como esta pode ser estudada e/ou avaliada através de um modelo que, graças à sua utilidade, nos permite aceder a aspetos considerados fundamentais no campo de estudos sobre a família, aspetos estes que vão ser descritos seguidamente.

2. Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares

Gorall e Olson (1995) defendem que qualquer modelo teórico é um produto do seu tempo e de um contexto social, sendo baseado em valores e ideias que prevalecem numa determinada altura, numa determinada cultura.

De acordo com Olson (2000), o *Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares* é desenvolvido com o objetivo de responder à lacuna existente entre a teoria, a prática e a investigação nas famílias. Este é considerado um modelo particularmente útil para o diagnóstico relacional, pois integra três dimensões repetidamente referidas como relevantes à compreensão de variados modelos teóricos familiares, sendo elas: a *coesão*

familiar, a *flexibilidade familiar* e a *comunicação familiar*. Segundo Olson e Gorall (2003), estes três conceitos básicos foram encontrados precisamente por serem comuns à maioria dos outros sistemas familiares. De forma a aceder a estas dimensões, foi desenvolvido o instrumento *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* (FACES IV). Atualmente, este instrumento encontra-se na quarta versão, com o objetivo de responder às preocupações existentes nas versões anteriores, apresentando assim algumas inovações.

2.1. Coesão familiar.

A coesão familiar é a primeira dimensão considerada no Modelo Circumplexo. Esta, é definida como o laço emocional que é estabelecido entre todos os membros da família e pelo grau de autonomia individual que uma pessoa experimenta no sistema familiar. Esta dimensão mede alguns dos aspetos específicos nas famílias como o laço emocional, as barreiras, o tempo, o espaço, as coligações, os processos de tomada de decisão, as atividades de interesse e as amizades (Olson, 2000).

Como se encontra descrito no Modelo Circumplexo, esta dimensão comporta cinco níveis diferentes, que podem ir desde *famílias desagregadas* (nível de coesão extremamente baixo), *famílias algo ligadas* (nível de coesão baixo a moderado), *famílias ligadas* (nível de coesão moderado), *famílias muito ligadas* (níveis de coesão moderado a alto) a *famílias aglutinadas* (nível de coesão extremamente alto) (Olson & Gorall, 2003). É importante referir que esta abordagem de cinco níveis para cada dimensão é uma mudança a partir de versões anteriores do Modelo de Olson (2000), que tinha apenas quatro níveis. Desta forma, a ideia central é de que os três níveis de coesão que consideram um sistema familiar equilibrado (*famílias algo ligadas*, *famílias ligadas* e *famílias muito ligadas*), contribuem hipoteticamente para um saudável funcionamento familiar. Por outro lado, os dois níveis de coesão extremos que consideram um sistema familiar desequilibrado (*famílias desagregadas* e *aglutinadas*), correspondem a funcionamentos familiares desequilibrados e pouco saudáveis.

Numa análise mais pormenorizada dos estilos de funcionamento familiar saudáveis e equilibrados (*famílias pouco ligadas*, *famílias ligadas* e *famílias muito ligadas*), os autores descrevem a família como capaz de manter o equilíbrio, alternando entre a separação e união. Verifica-se nesta situação, uma capacidade dos indivíduos serem ao mesmo tempo independentes e conectados às suas famílias, fazendo com que este sistemas tendam a ser mais funcionais ao longo do ciclo de vida familiar. Nas famílias pouco

ligadas, existe alguma separação emocional, mas não tão intensa como nos relacionamentos desagregados. Para além disso, esta separação é importante, pois ao mesmo tempo inclui alguma partilha de interesses, atividades e tomada de decisões. O que caracteriza um relacionamento familiar ligado, é o seu nível de equilíbrio entre fusão e dispersão dos seus membros, ocupando assim um lugar central nos vários níveis de coesão. Por outro lado, as famílias muito coesas apresentam uma maior proximidade relacional e lealdade para com a relação, sendo que é colocada mais ênfase na proximidade do que na separação, ou seja, passam mais tempo em conjunto, realizam tarefas e atividades, embora consigam ter interesses e amigos distintos (Olson & Gorall, 2003).

Relativamente aos estilos familiares desequilibrados, estes indicam-nos que os níveis de coesão podem atingir dois extremos (*famílias desagregadas e aglutinadas*). Nos sistemas familiares desagregados, observa-se pouco/baixo envolvimento entre os membros da família na vida interpessoal, caracterizado por uma elevada separação emocional entre os membros e uma individualização tanto a nível de partilha de interesses como de atividades. Os indivíduos fazem as suas próprias coisas, sendo incapazes de recorrer aos outros para apoio ou resolução de problemas, o que pode muitas vezes limitar o bom ambiente familiar. No extremo oposto, encontramos as famílias aglutinadas, que são descritas pelas autores, como famílias com uma extrema proximidade emocional em que a lealdade é exigida pelos seus membros, onde se verifica uma elevada dependência entre estes. Partindo deste tipo de relacionamentos, esta dependência não permite a individualização, o espaço privado de cada um, os interesses individuais e a energia destes sujeitos é focada exclusivamente para dentro do ambiente familiar, sendo raro surgirem indivíduos ou interesses que venham de fora do sistema familiar. A longo termo, níveis de coesão demasiado elevados e níveis de coesão demasiado baixos são muitas vezes problemáticos e prejudiciais, tanto para o desenvolvimento dos indivíduos como para o desenvolvimento das suas relações (Olson & Gorall, 2003).

Concluindo, de acordo com o Modelo Circumplexo (Olson, 2000), aquilo que é importante são as quantidades equilibradas da coesão na esfera familiar. Assim, relações familiares mais equilibradas e com níveis de coesão ideais, são capazes de balancear a separação e a fusão de um modo mais funcional. Desta forma, o autor remete-nos para a ideia de que não existe um nível de coesão perfeito, mas sim que o ideal é observarem-se mudanças ao longo do ciclo familiar, em resposta às suas necessidades e exigências.

2.2. Flexibilidade familiar.

Para além da coesão familiar, outra das dimensões que integram o Modelo Circumplexo é a flexibilidade familiar. De acordo com Gorall e Olson (1995), a segunda dimensão do modelo foi originalmente definida como adaptabilidade familiar, só mais tarde foi alterada para flexibilidade, em resposta às mudanças da sua mesma definição. Anteriormente, esta era descrita pela capacidade que os sistemas familiares tinham em alterar o seu poder estrutural, em assumir os seus papéis e regras, em resposta às novas exigências e expectativas do seio familiar e do meio ambiente. Atualmente, é definida como a quantidade de mudança exercida na liderança, nos papéis relacionais e nas regras. Esta dimensão tem como conceitos específicos os estilos de liderança (controlo e disciplina), o estilo de negociação, papéis e regras relacionais (Olson, 2000). O foco principal está na forma como os sistemas familiares variam entre os extremos de estabilidade e mudança. Segundo Olson e Gorall (2003), as famílias necessitam tanto de uma como de outra, sendo a capacidade para a mudança, quando adequada, uma das características que mais é capaz de fazer a distinção entre uma família funcional e uma família não funcional.

Inicialmente, Olson (2000), apresenta no seu Modelo apenas quatro níveis que integram a dimensão *flexibilidade*. O autor demonstra-nos que a flexibilidade pode variar desde *rígida* (flexibilidade muito baixa), *estruturada* (flexibilidade baixa a moderada), *flexível* (flexibilidade moderada a alta) e *caótica* (flexibilidade muito elevada). Posteriormente, Olson e Gorall (2003) apresentam-nos cinco níveis distintos, tal como se verifica na dimensão anterior. Estes passam a analisar a flexibilidade, variando desde *famílias rígidas* (flexibilidade extremamente baixa), *famílias algo flexíveis* (flexibilidade baixa a moderada), *famílias flexíveis* (flexibilidade moderada), *famílias muito flexíveis* (flexibilidade moderada a elevada) a finalmente *famílias caóticas* (flexibilidade extremamente elevada). Bem como a coesão, espera-se que famílias com níveis equilibrados de flexibilidade (*famílias algo flexíveis*, *famílias flexíveis* e *famílias muito flexíveis*), conduzam a um melhor funcionamento das relações familiares, enquanto que os extremos opostos (*famílias rígidas* e *famílias caóticas*) constituem um obstáculo no funcionamento familiar, podendo este ser arrastado ao longo de todo o ciclo familiar. Desta forma, sistemas familiares capazes de equilibrar a flexibilidade, são também capazes de gerir a sua estabilidade e mudança.

Seguindo a lógica dos mesmos autores, analisando os estilos familiares equilibrados, em primeiro lugar, encontram-se os sistemas familiares *algo flexíveis*. Estes

são caracterizados por sistemas familiares com estilos de liderança mais democráticos, onde se encontra a negociação por parte de todos os membros, incluindo também as crianças. Num funcionamento familiar como este, verifica-se partilha de papéis, no entanto, com alguma estabilidade, e é notável um reforço ao cumprimento de regras, embora com algumas mudanças. As regras familiares estão firmemente implantadas, sofrendo poucas alterações. Já nos sistemas *familiares flexíveis*, é possível depararmo-nos com uma liderança igualitária, com tomadas de decisão democráticas, onde as crianças são também incluídas nesta negociação. Quando necessário, há uma partilha de papéis familiares e as mudanças fluem proporcionalmente às necessidades dos elementos do núcleo familiar e à sua evolução. Finalmente, encontram-se os sistemas *familiares muito flexíveis*, com níveis de flexibilidade muito elevados, que tendem para a frequente mudança tanto na liderança, como nas regras e papéis familiares, que são rapidamente alterados, quando houver necessidade de mudança (Olson & Gorall, 2003).

De seguida, colocados em extremos opostos, encontram-se, em primeiro lugar, os sistemas *familiares rígidos*, com níveis de flexibilidade extremamente baixos. Estes, tal como o próprio nome indica, são sistemas caracterizados pela sua rigidez na estabilidade. Neste tipo de relações, existe um líder autoritário, isto é, há apenas um indivíduo responsável pelo controlo e tomada de decisões. As regras são inalteráveis, os papéis estritamente definidos e as decisões são impostas sem qualquer tipo de negociação. Em segundo lugar, estão os sistemas *familiares caóticos*, onde a flexibilidade é extremamente alta. Ao contrário dos sistemas familiares rígidos, a liderança não diz respeito só a uma pessoa, mas sim a várias, ou seja, é uma liderança tendencialmente difusa. Por vezes, as decisões não são bem refletidas, sendo muitas vezes tomadas de forma impulsiva e os papéis atribuídos são difusos, pouco nítidos e tendem a mudar de membro para membro (Olson & Gorall, 2003).

Tal como na coesão familiar, não existe um nível absoluto e perfeito de flexibilidade num sistema familiar, uma vez que esta deve exigir diferentes níveis nos diferentes acontecimentos da vida. Assim, conclui-se que a maioria dos sistemas familiares que se mantiver nestes dois sistemas (*rígidos e caóticos*) representam sistemas disfuncionais que podem ser problemáticos tanto para o indivíduo como para o seu desenvolvimento. Por outro lado, um funcionamento familiar com níveis de flexibilidade equilibrados (*algo flexíveis, flexíveis e muito flexíveis*), representa um sistema familiar equilibrado e balanceado. Também nesta dimensão, a hipótese central regista que níveis de

flexibilidade muito reduzidos ou muito elevados conduzem igualmente a problemas a longo prazo (Olson, 2000).

2.3. Comunicação familiar.

A comunicação, última e terceira dimensão do Modelo, é vista como a dimensão facilitadora (Gorall & Olson, 1995). É definida como a capacidade de uma família de escutar e falar. Olson (2000), considera a comunicação familiar uma comunicação facilitadora, na medida em que alterações e adaptações nas dimensões anteriores são possíveis, tornando mais fácil um desenvolvimento equilibrado e saudável no ciclo de vida das famílias.

Olson e Gorall (2003) referem que se uma família possuir níveis elevados e positivos de comunicação, pode facilmente adaptar os seus níveis de coesão e flexibilidade, de forma a responder às exigências situacionais e desenvolvimentais. Esta última dimensão do Modelo é focada em vários aspetos da família, como as capacidades de escuta dos seus elementos, que inclui a empatia e a escuta ativa, a clareza no discurso, o respeito e a consideração pelos outros.

É importante referir que devido ao facto de a comunicação ser uma dimensão facilitadora, esta não se encontra incluída graficamente no Modelo, tal como a coesão e flexibilidade (Olson & Gorall, 2003). Inicialmente, esta componente do Modelo não recebeu tanta atenção como a coesão e a flexibilidade. No entanto, Gorall e Olson (1995) indicam-nos que esta é a fonte para um sistema familiar funcionar de forma adequada, sendo necessário juntá-la às outras duas dimensões do Modelo. Neste sentido, os autores, aos estudarem os padrões de comunicação, afirmam que estes podem ser um bom indicador da qualidade das relações entre os membros de uma família.

Segundo Stith e Bischof (1996), a violência entre os membros de uma família vai determinar a sua comunicação e a sua interação. Para os autores, a comunicação pode ser vista como um processo bidirecional, no sentido em que por um lado, afeta a forma como os membros de uma família se relacionam, e por outro, estas relações afetam a forma como a comunicação se dá.

Anderson, Umberson e Elliot (2004) afirmam que a violência nas famílias é algo que tem sido muitas vezes associado a défices nas capacidades comunicativas dos seus membros. Assim, a comunicação é um fator que assume um papel central nas dinâmicas de famílias que experienciam violência.

3. Crimes contra as pessoas

No decorrer deste trabalho, é importante referir que os crimes que iremos abordar se encontram inscritos na categoria de crimes contra as pessoas. Para efeitos do presente estudo, consideram-se ofensores violentos ou perigosos todos os indivíduos que exibem comportamentos ou atitudes marcadamente anti-sociais e que, nomeadamente, põem em risco a integridade física e psicológica de outras pessoas (e.g. Eaves, Douglas, Webster, Ogloff & Hart, 2000). Inseridos nesta tipologia de crimes encontram-se: crimes contra a vida; crimes contra a liberdade das pessoas; crimes contra a honra e crimes contra a reserva da vida privada (Lourenço & Lisboa, 1998).

É quase impossível conseguir prever como é que um indivíduo irá responder psicologicamente à vivência de um crime, seja este sexual ou de outro tipo. Cada sujeito é um sujeito e cada caso é um caso. Os danos psicológicos, físicos e emocionais emergentes destas vivências são, geralmente, os mais difíceis de lidar, tendo efeitos a curto e a longo prazo.

3.1. Abuso Sexual de Menores.

A agressão sexual é um dos fenómenos que mais contribui para revelar o mais paradoxal do comportamento humano, nas suas múltiplas manifestações ou condutas. Seguramente, esta realidade está ligada a aspetos biológicos e psicológicos, mas é importante salientar que não lhe são indiferentes as orientações do meio e da cultura (Pereira, 2007). De acordo com esta perspetiva, Balaias, Oliveira e Almeida (2012) referem que a violência sexual desconhece barreiras de classe social, tipo de culturas, tipo de vinculação, níveis socioeconómicos e limitações individuais. Quer isto dizer, que os crimes ocorrem tanto no espaço privado como no espaço público, atingindo pessoas de ambos os sexos e de todas as faixas etárias. No entanto, a temática de interesse neste trabalho centra-se apenas no abuso sexual de menores.

Qual é a razão que leva um adulto a abusar sexualmente de uma criança? Esta é uma questão difícil de responder, uma vez que o comportamento dos abusadores sexuais de menores não se reduz a uma simples e única definição, já que não suscita um consenso entre autores, existindo atualmente diversas definições referentes a esta problemática. Para Alberto (2010, p. 55), é “possível encontrar diferentes definições de abuso sexual, que vão de uma consideração mais geral às mais específicas, realçando cada uma delas aspetos diferentes da problemática”. Assim, para um grande número de pessoas, não existe um único conceito claro de abuso sexual, subsistindo a ideia de que este se restringe a práticas

que pressupõem contactos físicos muito implicativos, nomeadamente coito vaginal, anal e oral ou a sua tentativa (Freitas, 2003, p. 232). Conforme a American Psychological Association (A.P.A.) em 2007 (p. 844), o abuso sexual consiste na violação ou exploração de outrem pela sexualidade, sendo que o de menores inclui todo o contacto sexual entre adultos e crianças, mesmo em contexto familiar ou de relação de confiança extrafamiliar. Já Finkelhor (1990) diz-nos que o abuso sexual de menores é qualquer contacto sexual com uma criança, através do uso da força, ameaça, ou dolo, de forma a garantir a participação da criança, ou qualquer contacto onde esta seja incapaz de consentir o ato em virtude da sua idade, incapacidade ou poder diferencial. Segundo Félix (2003), o abuso sexual de menores acontece porque existe uma incapacidade por parte do agressor em estabelecer relações sexualmente satisfatórias com outros adultos. O menor, aos olhos do agressor, é visto como um ser mais fácil de impressionar, cativar e seduzir, comparativamente a um adulto. Estes indivíduos apresentam uma orientação sexual primariamente para crianças, sem qualquer interesse em adultos e com condutas compulsivas não despoletadas por situações de stress (Paulino, 2012). Por último, para Hilarski e Christensen (2006), a população de abusadores sexuais constitui um grupo heterogéneo, com diversas características pessoais e referentes ao delito, o que dificulta uma definição clara do agressor sexual, dado os seus múltiplos moldes.

Finkelhor (1984; cit. por Burgess, Commons, Safarik, Looper & Ross, 2007) desenvolveu um modelo de quatro fatores, onde sistematiza as razões pelas quais um adulto se interessava sexualmente por uma criança. Resumidamente, o primeiro fator diz respeito à congruência emocional que os abusadores parecem ter com as crianças, remetendo-os para possíveis experiências de abusos vivenciadas na infância. O segundo fator refere-se ao facto de os agressores sexuais se excitarem sexualmente com crianças menores. O terceiro fator remete para a questão de que alguns sujeitos não conseguem satisfazer as suas necessidades sexuais e emocionais de forma adaptada às normas sociais. Por último, o quarto fator indica que os abusadores sexuais tornam-se desinibidos nos contactos sexuais com crianças e desenvolvem comportamentos que não são habituais.

Com o objetivo de compreender aquilo em que consiste o abuso sexual de menores, é importante ter em conta a clara distinção entre abuso sexual e pedofilia. Generalizar o termo pedofilia a todos os contextos em que os adultos abusam sexualmente de crianças pode conduzir a uma enorme confusão, dificultando a clarificação de um conceito como o de abuso sexual. Alguns pedófilos, ainda que mostrem atração sexual por crianças pré-púberes, podem não manter relações sexuais com estas. Abusadores sexuais

de crianças são melhor definidos por indivíduos que têm contactos de índole sexual com crianças pré-púberes, incluindo assim pedófilos e não pedófilos (e.g. Gomes, 2003; Albuquerque, 2006). A pedofilia, por outro lado, significa a aproximação sexual por parte de um adulto a uma criança, rapaz ou rapariga, contendo uma série de comportamentos como despi-la, observá-la, exibindo-se a si próprio ou masturbando-se na presença dela, além de a tocar ou até acariciar. Noutras situações, pode implicar a penetração com mãos ou objetos, estando muitas vezes associada ao mundo pornográfico (Félix, 2003). Autores como Salter (2003), referem que os pedófilos optam mais vezes por usar o meio da manipulação, para se servirem da ingenuidade da criança ao invés de a atacar de forma violenta. Muitas vezes, as estratégias utilizadas pelos abusadores são diversas, aproveitando-se de relações de confiança ou de amizade, evoluindo mais tarde para subornos, enganar ou ameaças, raramente utilizando a violência física (Freitas, 2003). Deste modo, pedófilos e abusadores sexuais são populações distintas, porém em parte coincidentes (e.g. Gomes, 2003; Albuquerque, 2006).

O grau de parentesco existente entre abusador e vítima é fator que propicia a convivência mais próxima e quotidiana, facilitando também o nível de confiança depositado no agressor. Este utiliza o poder de aproximação e confiança e autoridade com a vítima, favorecendo futuros abusos. Desta posição de poder, pode aproveitar a vulnerabilidade da vítima, usando vários meios como a chantagem emocional ou a intimidação. O facto do perpetrador impor estas regras à vítima, pode fazer com que esta se habitue a viver num ambiente negligente e doloroso para ela (Paulino, 2012).

Relativamente a esta proximidade relacional dos abusadores perante as suas vítimas, estima-se que maioritariamente são pessoas conhecidas, ou que pertencem à própria família ou do mesmo círculo de amigos. No que diz respeito aos tipos de abuso sexual, Van Gijsegem (1988) sustenta que o mesmo pode ser intrafamiliar (i.e. incesto) ou extrafamiliar, no qual o primeiro abrange membros pertencentes à mesma família e o segundo envolve pessoas que aparentemente não fazem parte do núcleo familiar, apesar do facto de o abusador poder ou não conhecer a vítima.

A família, na forma como hoje a conhecemos, é uma instituição social básica e fundamental para a formação do indivíduo. Se nos debruçarmos na forma como funcionam as famílias destes sujeitos, as disfunções apresentadas por estas, especialmente as que envolvem a violência sexual, repercutem-se diretamente na vida e na saúde das crianças. Cabe aos pais zelar pelo desenvolvimento físico e emocional dos seus filhos, respondendo às suas necessidades materiais e afetivas, garantindo-lhes ao mesmo tempo proteção e

segurança (Araújo, 2002). Deste modo, o conceito abordado ultrapassa as barreiras do entendimento do conceito de estrutura familiar formada por estes laços, destruindo assim a ideia de “família”.

De forma a compreender o sofrimento emocional e os problemas interpessoais resultantes do abuso sexual de menores, Karakurt e Silver (2014) referem que a teoria da vinculação fornece um grande valor nestes aspetos, na medida em que nos dá uma perspetiva de base para o desenvolvimento de alguma patologia, desregulação afetiva e dificuldade nos relacionamentos. Quando a teoria da vinculação é combinada com a teoria dos sistemas familiares, os terapeutas podem ter acesso a uma melhor compreensão da interação e da dinâmica familiar onde o abuso ocorre e como isso pode afetar a saúde de uma criança e o seu funcionamento ao longo da vida. Smallbone e Dadds (2000) referem que inúmeras investigações neste campo, juntamente com algumas observações clínicas, vieram fornecer algumas evidências de que experiências disfuncionais ou disruptivas na família de origem, isto é, na infância, existem comumente nos históricos de vida de agressores sexuais.

Alguns estudos realizados que abordam os ambientes familiares de agressores sexuais (e.g. Bischof, Stith & Wilson, 1992; Bischof, Stith & Whitney, 1995), vêm realçar a importância das características individuais destes indivíduos, bem como do ambiente familiar onde estes estiveram inseridos. Os autores referem que o meio familiar onde estes sujeitos cresceram e a forma como este meio operava, influenciava o cometimento deste tipo de crimes. Bischof et al. (1992), ao estudarem famílias de agressores sexuais, afirmam que estas são comumente descritas na literatura como rígidas, emaranhadas ou caóticas, apresentando uma grande confusão na distribuição de papéis de cada membro.

Segundo Bischof et al. (1995), famílias de jovens agressores sexuais deveriam apresentar níveis de flexibilidade similares a famílias de jovens agressores não sexuais e de outro tipo de agressores. No entanto, os autores observaram que famílias de jovens delinquentes (incluindo famílias de agressores sexuais), apresentavam ambas menos coesão, menos expressividade, mais controlo, eram menos intelectual e culturalmente orientadas e menos ativas. Estes encontraram diferenças nas dinâmicas familiares deste tipo de famílias relativamente a famílias de outros tipos de criminosos. Por outro lado, também ao estudar famílias de delinquentes, Monastersky e Smith (1985) verificam que famílias de agressores sexuais tinham mais tendência para ser caracterizadas como rígidas em resposta às mudanças, isto é, apresentavam uma flexibilidade mais rígida (níveis

baixos de flexibilidade) perante situações de mudança nas famílias, e uma coesão desagregada.

Por fim, o abuso sexual transporta consigo uma série de consequências a longo prazo, tanto emocionais como físicas. Qualquer tentativa de prever o início da situação de abuso e dos seus efeitos a longo prazo, deve incluir o contexto familiar que facilita ou que proporciona a experiência de abuso. Algumas justificações encontradas que explicam ou tentam compreender a ocorrência do abuso sexual de menores, têm a sua origem nos tipos de relações e de ambientes familiares a que os sujeitos pertencem ou pertenceram em crianças, e podem seguir duas linhas de investigação distintas. Por um lado, “algumas características da família constituem preditores significantes para o aumento de vários tipos de abuso, como: ausência de pais biológicos; indisponibilidade materna; conflitos e violência maritais, entre outros. Por outro, muitos dos efeitos a longo prazo que o abuso sexual acarreta, encontram-se associados a variáveis que vão para além do abuso em si” (Alexander, 1992, p. 185).

Para Alexander (1992), deve ser tida em conta uma perspetiva holística da família e das suas relações, não só porque a especificidade de uma família pode apresentar preditores para o aumento da situação de abuso, como os efeitos a longo prazo são previstos por variáveis familiares.

3.2. Violência Doméstica.

Viver num ambiente hostil e violento pode ser extremamente debilitante para uma mulher. Segundo Paulino (2012), a violência doméstica, enquanto fenómeno ou problema social, também tem vindo a ganhar uma expressão significativa nas estatísticas nacionais sobre a criminalidade. No entanto, o seu reconhecimento como problema social identificável e universal na experiência das mulheres, tem apenas algumas décadas (Monteiro, 2000). Aproximadamente na década de setenta, de problema da esfera privada de cada família passou a um maior problema social, transformando-se num fenómeno à escala mundial (Matos, Machado, Santos & Machado, 2012).

Lourenço e Carvalho (2000, p. 27), abordam a violência doméstica como “um problema social de dimensão universal que atravessa fronteiras de ordem cultural, económica, étnica, religiosa ou de género, afetando, aos mais diferentes níveis, os indivíduos de um determinado contexto”. Os autores referem que existe uma grande dificuldade na deteção deste problema, pois ocorre dentro da esfera privada do círculo familiar, sendo perpetrada por elementos integrantes desse núcleo, permanecendo assim

oculto na privacidade das famílias. Para Matos (2002), esta dinâmica social que tem sido perpetuada ao longo de gerações, caracteriza-se pelo silêncio que a acompanha, pelas inibições aquando da sua denúncia e pela própria consciencialização existente da sua natureza criminal, não lhe sendo atribuída a importância necessária.

São inúmeras as definições de violência doméstica que encontramos ao longo da literatura. Harne e Radford (2008) definem-na como um conceito amplo que incorpora muitas formas de violência física, violência sexual e uma série de comportamentos de coação, intimidação e controlo. Atudorei (2011) afirma que o conceito de violência doméstica ultrapassa a violência física e sexual, transportando consigo, consequências destrutivas para as relações humanas. Apesar do termo recorrer à palavra “doméstica”, não significa que este tipo de violência possa ultrapassar a barreira familiar, pois independentemente das partes se encontrarem a viver juntas ou não, esta é uma violência que ocorre em qualquer relação íntima ou familiar. É este elemento relacional, ao invés da localização, que define a violência como "doméstica", porque ao mesmo tempo que, comumente, se verificam em casa, podem passar para o exterior. O que se entende nestas situações é que é o facto de o agressor, neste caso, o autor do crime e a sua vítima não serem meramente conhecidos, mas manterem ou terem mantido um relacionamento íntimo ou familiar, o que se torna particularmente difícil para a vítima receber o apoio necessário dos órgãos da justiça criminal e da lei (Harne & Radford, 2008). A violência doméstica também pode ser descrita como o “exercício de força e do poder sobre outro, normalmente com o objetivo de controlar, retirar poder e/ou agredir, que ocorre nos relacionamentos de intimidade, parentesco, dependência ou confiança” (Hoff, 1994, p. 9). Ainda, Pina (2013) refere que este tipo de violência engloba tanto agressões físicas como psicológicas, e que estas existem dentro do seio de uma relação familiar/emocional.

Um dos grandes interesses reconhecidos por autores que estudam esta problemática, encontra-se diretamente relacionado com a natureza da proximidade afetiva que é capaz de mascarar/esconder este fenómeno, o que pode muitas vezes influenciar a representação social que transmite (Monteiro, 2000). Inicialmente, algumas situações de violência doméstica podem manifestar-se silenciosamente, não sendo muitas vezes percebidas. Deste modo, o perpetrador inicia a violência de forma lenta e silenciosa, aumentando progressivamente a sua intensidade e consequências. Esta violência é caracterizada inicialmente pela privação da liberdade individual da vítima, traduzindo-se num constrangimento e humilhação contra esta (Silva, Coelho & Caponi, 2007). Nesta sequência, em situações onde a vítima procura de alguma forma ajuda, confronta-se

habitualmente com falta de resposta dos seus apelos, convertendo a situação em causa num crime dúbio e envergonhado (Matos, 2002).

Algumas pesquisas na área da violência doméstica (e.g. Kishor, 2005) mostram que é no espaço doméstico onde acontece a maior parte das agressões à mulher, legitimadas por uma ordem patriarcal de organização familiar, onde a dominação masculina é vista como natural. Relativamente à violência conjugal, de acordo com as perspetivas didáticas-familiares, Gelles (1997; cit. por Matos, 2002) afirma que o sujeito é influenciado pelo ambiente social e relacional que o rodeia, especialmente pelos membros do seu agregado familiar, onde se encontram presentes os mecanismos de reforço, modelagem ou coação.

Há ainda estudos (e.g. De Antoni, Barone & Koller, 2007), que referem que o abuso físico pode decorrer de diversos fatores intrafamiliares e extrafamiliares. As características pessoais do abusador e daquele que é abusado fisicamente, contribuem para a existência de interações entre os seus membros, marcadas pela hostilidade e rigidez afetiva. A presença do abuso físico intrafamiliar, demonstra-nos a fragilidade das vítimas e a vulnerabilidade da família onde o abuso se dá. Os autores concluem que famílias que vivem neste registo de violência, revelam também dificuldades de vinculação dos seus membros no contexto familiar e baixa coesão entre eles.

Assim, as análises teóricas acerca daquilo que é concretamente a violência doméstica, dão-nos a conhecer várias definições desta problemática, onde podemos concluir que estamos perante “violências domésticas” que se podem verificar no âmbito familiar ou doméstico e constranger os diversos membros da família como afirma Silva et al. (2007). Deste modo, é importante referir que no presente estudo, aquela que será abordada também é um ramo da violência doméstica, sendo especificamente descrita como violência conjugal.

Por conseguinte, “os maus tratos conjugais definem-se como um conjunto de condutas de carácter abusivo, perpetrado de forma intencionalizada sobre o cônjuge, podendo envolver ações violentas e não violentas (e.g. atos, verbalizações, omissões). Assumem o propósito de dominar a vítima, de lhe infringir deliberadamente dano, induzir medo, fazê-la sentir subordinada, desvalorizada e incompetente” (Matos, 2005, p. 160). Sendo um dos múltiplos braços da violência doméstica, a violência conjugal pode assumir múltiplas formas, desde a violência mais discreta e subtil às agressões severas, concretizadas através dos maus tratos físicos, psicológicos, emocionais, verbais, sexuais e até, do homicídio (Machado, Matos & Gonçalves, 2003, p. 128).

3.3. Homicídio.

Conhecer o fenómeno homicida implica conhecer a cultura e o carácter da nossa sociedade (Almeida, 1999). O homicídio é um fenómeno que ocorre em todos os lugares e tempos, ou seja, não se limita a algumas sociedades específicas ou a determinados períodos da história. No entanto, tanto a explicação da sua existência, como o seu impacto em diferentes regiões, varia no espaço e no tempo. Este, “é também um dos fenómenos que mais contribui para revelar o potencial pático da conduta humana, exposta aos imperativos biológicos e pulsionais, mas também aos ditames do meio e da cultura, da situação e da circunstância, que determinantemente vão influenciar o espírito e o comportamento, não podendo descurar a heterogeneidade dos protagonistas e o facto de que se trata de um fenómeno multifatorial” (Almeida, 1999, p. 15).

O homicídio ocorre quando uma pessoa morre como resultado das ações de um ou mais terceiros, podendo ser intencional ou, pelo contrário, involuntário (Alba, Solís & Buen, 2012). Este ato, implica, inicialmente, uma compreensão abrangente dos seus motivos (aos quais está subjacente um significado e uma intencionalidade), que conduziram o sujeito a matar um outro, numa atitude refletida ou irrefletida. Para além disto, também é importante estudar a situação, o contexto, as circunstâncias exteriores e interiores ao sujeito e todos os seus envolventes (Almeida, 1999).

Palermo e Kocsis (2005) propõem uma clara distinção relativamente aos tipos de motivação que um homem e uma mulher têm ao cometer o crime de homicídio. Normalmente, as mulheres optam por métodos menos físicos, como por exemplo, a utilização de veneno, optando maioritariamente por matar aqueles que lhes são mais próximos, como familiares, amigos ou conhecidos. Por outro lado, os homens têm uma maior tendência para fazer uso da força física bruta, estrangulando, espancando ou esfaqueando as vítimas, que quase sempre são desconhecidas. Já a sua motivação sexual pode estar associada ao ganho de controlo ou necessidade de domínio ou poder sobre a vítima. Posto isto, Woodworth e Porter (2002) referem que a prática de homicídio encontra-se associada a diferentes contextos e a diferentes motivações, pois alguns homicídios são altamente calculados, enquanto outros são caracterizados pela ausência de premeditação, ocorrendo no momento, num contexto de disputa emotiva, ou após uma resposta a uma provocação situacional. Comparativamente a outros crimes, há autores como Gonçalves, Machado e Sani (1999) que referem que o homicídio é o tipo de crime onde as variações espaciais são as menos significativas, ou seja, este crimes estão mais associado às relações interpessoais, tratando-se muitas vezes de homicídios passionais.

Para Konvalina-Simas (2012) a maior parte dos homicídios estão integrados em duas categorias: homicídios singulares e homicídios múltiplos. De um modo geral, ambos demonstram dificuldade em saber relacionar-se com os outros. Para a autora, “muitos homicidas são tímidos, solitários, introvertidos, pouco sociáveis em crianças, sentindo-se profundamente rejeitados, mal amados e negligenciados, acabando por desenvolver sentimentos basilares de hostilidade por pessoas específicas e/ou pelo mundo em geral” (p. 267). Embora o ato de matar seja o mesmo, os homicidas jamais devem ser considerados como uma “amalgama caracteristicamente homogênea” (Almeida, 1999, p. 17). Entre os vários sujeitos que cometem este crimes, nas suas diversas circunstâncias, é possível depararmo-nos com indivíduos perversos, frios, egocêntricos, amorais, sádicos, entre outras características. No entanto, Konvalina-Simas (2012) chama a atenção de que nem todos os homicidas revelam ter estas características. Alguns destes indivíduos assumem uma posição extrovertida e positiva, o que muitas vezes pode ser uma máscara para a sua condição emocional e psicológica.

De acordo com estas afirmações, para Almeida (1999) o universo homicida não é preenchido apenas por um estereótipo de sujeitos perigosos que exigem um cuidado redobrado e que detêm certas características como o sadismo, a perversidade e a incapacidade de empatia. Esta população, não pode, nem deve ser apenas encarada como pertencente a um grupo homogêneo de indivíduos. Existem sujeitos que podem apresentar este tipo de características, mas que se encontravam no lugar errado, à hora errada, e que podem também fazer parte deste conjunto de agressores.

Já Alba et al. (2012) dividem os homicídios em dois tipos: homicídio doloso e homicídio culposo. O primeiro tipo refere-se aos homicídios que são cometidos intencionalmente e o segundo diz respeito aos homicídios que resultam de acidentes. Os autores consideram que este é o crime mais grave, pois não há qualquer reparação para o dano causado na vítima, visto que esta perde a sua vida, como também não há reparação para o dano causado nos familiares e nas pessoas próximas da vítima, que perdem um ente querido.

Relativamente à forma como estes sujeitos percebem o mundo, a sua frieza permite-lhes explorar em sua vantagem os mecanismos de interação social, daí existir a crença de que as suas vítimas estão impotentes perante a sua capacidade de manipulação e captura. Desta forma, a sua representação do mundo é diferente, na medida em que vêem o mundo como um lugar hostil, mostrando incapacidade de interagir adequadamente com os outros e com o mundo. Assim, o que faz parecer, é que estes

indivíduos vivem aprisionados num género de pensamento circular, que os motiva à autoestimulação, como mecanismo redutor da sua ansiedade, tensão e conflito interno. Este conflito interna gera, por sua vez, um isolamento social, caraterizado por tendências muitas vezes fantasiosas ou narcísicas (Konvalina-Simas, 2012).

Tendo em conta a temática do funcionamento familiar no presente estudo, e embora exista uma quantidade generosa de estudos que demonstram que a família e o seu funcionamento assumem um papel fulcral no comportamento delinvente dos indivíduos, a literatura referente à família ou ao ambiente familiar num contexto de crimes como o homicídio é escassa. Alguns autores remetem-nos para a infância, afirmando que se uma criança, por alguma razão, não satisfizer as suas necessidades relacionais e interpessoais de forma adequada, sobretudo nas suas relações primárias, poderá desenvolver uma percepção mental de que as pessoas que a rodeiam, são insensíveis e que não pode contar com elas quando necessita. Almeida (1999) refere que alguns homicidas têm capacidade não só para se vincular, como originar a vinculação (afetiva), a qual se traduz pela estima afetuosa com que falam de si. Deste modo, esta situação poderá despoletar um padrão de vinculação inseguro e pobre, não satisfazendo as necessidades da criança, fazendo com que estas mais tarde demonstrem incapacidade em manter relacionamentos consistentes, marcados pela falta de empatia e pela falta de representações mentais fiáveis sobre si e sobre os outros (Konvalina-Simas, 2012).

A nível mundial, este é um fenómeno que ocorre em todos os lugares, em todos os momentos, independentemente das sociedades e das épocas. Este comportamento traduz-se numa expressão de extrema violência, daí ser muito importante saber mais acerca das suas causas e consequências, dos fatores que propiciam a sua realização, de modo a prevenir e punir de uma forma mais eficaz. É importante uma estratégia de prevenção adequada neste tipo de crime, pois os seus efeitos podem ser nocivos não só para o indivíduo, mas também para a sociedade (Alba et al., 2012).

4. A Inteligência Emocional

Segundo Mayer, Caruso e Salovey (1999) as emoções são eventos internos que coordenam os nossos subsistemas psicológicos, incluindo as nossas respostas fisiológicas, as nossas cognições e a nossa consciência, que surgem normalmente em resposta a mudanças nas relações entre as pessoas. Para Martin e Boeck (1997), existem numerosas provas psicológicas que comprovam que pensar e sentir, isto é, o cérebro racional, formam um todo inseparável. Estes autores compreendem que para podermos pensar sobre as

coisas e conseguir interpretá-las, necessitamos não só de uma inteligência emocional racional e planificadora, como precisamos do mundo das emoções. De acordo com Mayer e Geher (1996), aqueles que são bons em ligar-se aos pensamentos e aos sentimentos dos outros (inteligentes emocionalmente) têm maior probabilidade de “ouvir” as implicações emocionais dos seus próprios pensamentos, tal como entender os sentimentos dos outros.

O conceito de inteligência emocional para Goleman (1999, p. 323) define-se como a “capacidade de reconhecer os nossos sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerirmos bem as emoções em nós e nas nossas relações”. No entanto, este conceito foi inicialmente proposto por Salovey e Mayer (1990), que surgiram também com uma teoria acerca deste. Assim, uma teoria ampla da inteligência emocional foi proposta por estes dois autores, onde definem a inteligência emocional como a capacidade do sujeito perceber as emoções, reconhecer e gerar emoções de modo a apoiar o pensamento, compreender as emoções e o pensamento baseado nelas e regular essas emoções de modo reflexivo, promovendo o desenvolvimento intelectual emocional. Ao interpretarmos esta definição, compreendemos que esta se encontra ligada a um conjunto de habilidades emocionais, que nos permite regular as nossas emoções, utilizando-as para planearmos, resolvermos problemas, atingirmos determinados objetivos, podendo também regularmos os nossos comportamentos.

Posto isto, a noção de inteligência era principalmente uma combinação de duas ideias: a de que as emoções podem “tornar o pensamento mais inteligente” e a de que se pode “pensar inteligentemente acerca das emoções” (Mayer & Salovey, 1997, p. 5). Através desta combinação, os autores entendiam que para se estudar este construto era necessário estudar-se dois componentes: a inteligência e a emoção, de forma a ambos serem preservados.

Com o apoio do Modelo teórico de Mayer e Salovey (1997), Goleman (1999) adaptou um modelo ao destes autores, incluindo apenas cinco competências emocionais e sociais básicas, tais como a auto-consciência, a auto-regulação, a motivação, a empatia e as aptidões sociais. Apesar deste modelo teórico de Goleman (1999), Mayer e Salovey (1997) criticavam que a sua teoria não abordava os pensamentos sobre as emoções, enfatizando unicamente a percepção emocional. Os autores surgiram assim com uma nova definição, dando maior relevância ao pensamento associado aos sentimentos. Com isto, passaram a definir a inteligência emocional, também designada por competência emocional, como a “capacidade de perceber, avaliar e expressar emoções com precisão; capacidade de cessar e/ou gerar sentimentos quando estes facilitam o pensamento;

capacidade de entender as emoções e o conhecimento emocional e a capacidade de regular emoções de forma a promover o crescimento emocional e intelectual” (p. 401). Assim, os autores dividiram-na em quatro capacidades. A primeira é a identificação e avaliação das emoções que é a capacidade mais básica que os indivíduos têm desde a infância. A segunda refere-se à assimilação das situações que envolvem emoções no cotidiano do indivíduo, interiorizando como parte da sua mente e dos seus pensamentos. De seguida, a terceira capacidade, que está ligada à racionalização e à escolha de atitudes corretas decorrentes da assimilação das emoções, sendo que as emoções relacionadas são o medo, a felicidade e a raiva. Por fim, a quarta capacidade, que se foca na administração adequada das emoções, tanto suas, como de terceiros.

Tendo em conta a importância dos sujeitos possuírem tais capacidades emocionais, Martin e Boeck (1997) concluem que se torna muito difícil compreender e interpretar emoções nas outras pessoas, se não as tivermos no nosso repertório emocional. Neste sentido, estamos perante um conjunto de capacidades, que permitem ao sujeito lidar com as suas emoções e com as dos outros, da forma mais adequada.

4.1. A Inteligência Emocional e o Crime.

As nossas emoções funcionam de forma a otimizar a nossa adaptabilidade ao meio ambiente. Em contrapartida, quando são experienciadas intensivamente e em longa duração, ao invés de facilitar, prejudicam a realização dos nossos objetivos pessoais (Howells, Day & Wright, 2004). Assim, existem uma série de problemas de ajustamento que podem ter origem precisamente em défices verificados ao nível da inteligência emocional.

Segundo Goleman (1999), à medida que a criança cresce, assim se vão modificando as “lições emocionais” para que esta está preparada e de que esta necessita. Os pais são os principais responsáveis por transmitir estas lições aos seus filhos. As crianças que, desde muito cedo, aprendem a gerir e a controlar de forma adequada as suas emoções, conseguem resultados mais positivos nas diferentes esferas da sua vida. Se, por outro lado, o papel das emoções não for bem delineado e a família não assumir a sua função, no sentido de transmitir emoções adequadas, as crianças podem revelar dificuldades na percepção das emoções. “O excesso ou falta destas pode condicionar a criança e posteriormente provocar que, num dado momento, esta deixe simplesmente de perceber as emoções perante as quais os pais, com frequência, agem de forma ou demasiado violenta ou demasiado débil, fazendo com o que o seu mundo emocional

empobreça” (Martin & Boeck, 1997, p. 158).

De acordo com recentes investigações neurobiológicas, o abandono, as experiências violentas e traumatizantes durante a infância, modificam a estrutura química do cérebro. Por exemplo, crianças que foram espancadas continuamente na sua infância, têm, mais tarde, tendência a fazer de igual modo o uso da violência. Estas acabam por aprender e interiorizar este registo, resolvem os seus problemas e conflitos pelo meio da violência, pois foi aquilo que sempre presenciaram, não conhecendo outros mecanismos de comportamento. Quando os pais reagem de forma violenta às frustrações, os seus filhos irão adoptar este estilo de comportamento. Deste modo, os mecanismos utilizados por estas crianças vão sempre ser violentos, devido à falta de atenção emocional pelos seus responsáveis. Assim, são crianças que receberam pouco amor, o que fez com que desenvolvessem uma emotividade instável e uma imagem negativa de si próprias, tornando-se tudo isto num ciclo vicioso. Esta contínua imagem negativa de si próprias que irá prevalecer, leva à frustração e ao medo, emoções potencialmente associadas ao comportamento agressivo (Martin & Boeck, 1997).

Alguns estudos (e.g. Blaske, Borduin, Mann & Henggeler, 1989; Hudson, Marshall, Wales, McDonald, Bakker & McLean, 1993) demonstram que indivíduos com comportamentos desviantes expressam mais dificuldade na regulação das suas emoções, o que por sua vez dificulta o seu processamento emocional, tendo como consequência comportamentos externalizantes. De acordo com Winters, Clift e Dutton (2004), no contexto das relações interpessoais e da família, a violência doméstica pode ser vista como uma forma grave de disfunção de relacionamento, estando a inteligência emocional e os seus componentes negativamente relacionados com esta problemática. Os autores referem que homens que agredem as mulheres fisicamente, são incapazes de articular verbalmente os seus sentimentos, pensamentos, necessidades e emoções, de uma forma não destrutiva.

No campo das teorias da agressão sexual, Howells et al. (2004) refere que a importância dos estados emocionais e afetivos em agressores sexuais têm emergido, assumindo um papel cada vez mais importante, particularmente como antecedente deste tipo de agressões. Outros estudos encontrados na literatura (e.g. Gillespie, Mitchell, Fisher & Beech, 2012; Hudson et al., 1993), relativos à relação entre a inteligência emocional e o abuso sexual, demonstraram que os agressores sexuais apresentam défices em algumas funções emocionais, mas poucos estudos são capazes de fornecer um conhecimento amplo e geral do funcionamento emocional destes sujeitos. Nesta linha, Savitsky e Czyzewsky (1978) referem-se aos agressores sexuais como sujeitos incapacitados de reconhecer e

identificar emoções em si e nos outros e Puglia, Stough, Carter & Joseph (2005) sugerem que estes agressores apresentam défices em diversas áreas de funcionamento emocional, como empatia, percepção emocional, gestão emocional e funcionamento interpessoal.

Continuando nesta linha de raciocínio, através do estudo desenvolvido por Hudson et al. (1993), descobriu-se que tanto violadores como pedófilos, quando comparados a outros criminosos violentos, apresentavam-se menos sensíveis à percepção das emoções, exibidas em fotografias, tanto de rapazes como de raparigas. Moriarty, Stough, Tidmarsh, Eger e Dennison (2001), revelam-nos também que os agressores sexuais possuem dificuldades na avaliação das suas próprias emoções e nas dos outros. Contrariamente a isto, Fernandez, Marshall, Lightbody e O'Sullivan (1999; cit. por Puglia et al., 2005) sugerem que a capacidade geral dos agressores sexuais de perceber emoções é normal, tal como a sua capacidade de empatia, sendo que os défices tanto na empatia como na percepção das emoções, são apenas exibidos apenas para as suas vítimas, ou para aqueles que “simpatizam” com as suas vítimas. Ross e Fontao (2006), verificaram, face a diversas situações de conflitos, que os agressores sexuais tendem a ativar estratégias interpessoais específicas (estratégias de coping), direcionando a sua atenção para as consequências emocionais que advêm, ao invés de resolverem o problema. Consequentemente, são estas as estratégias que estão associadas aos défices emocionais encontradas neste tipo de população.

Marshall, Hudson, Jones e Fernandez (1995) afirmam que pessoas com défices no repertório emocional, vão obviamente ter problemas não só na replicação dos estados emocionais de outros, como, antes de mais, vão ter dificuldades em reconhecer esses mesmos estados. Sob este ponto de vista, os agressores sexuais e outros tipos de agressores não sexuais, parecem demonstrar não só um repertório emocional limitado, como este repertório não lhes permite rotular com precisão os seus próprios sentimentos. Desta forma, Puglia et al. (2005) referem que o construto da inteligência emocional pode fornecer um método abrangente para avaliar o funcionamento geral emocional destes indivíduos.

5. O Autocontrolo

Autocontrolo é a expressão utilizada por Gottfredson e Hirschi (1990) para descrever o “indivíduo impulsivo, insensível aos sentimentos e necessidades dos outros, mais interessado pela atividade física que mental, com um gosto exagerado pelo risco e pela aventura, com limitadas perspetivas temporais (orientado para o “aqui e agora”),

centrado sobre si mesmo e mais disposto a agir do que a verbalizar” (Fonseca & Simões, 2002, p. 246).

O baixo autocontrole é descrito como um padrão de comportamento ou traço de personalidade, que é detetado desde cedo na sua infância, e que embora a sua forma de se manifestar pode variar consoante as diferentes fases da vida de uma pessoa, possui uma certa estabilidade ao longo do tempo (Fonseca & Simões, 2002). Os atos criminosos que fazem parte de um subconjunto de atos, em que o ator ignora quaisquer consequências negativas a longo prazo, decorrentes do ato em si, do ambiente social ou familiar em que está inserido, constituem a teoria do autocontrole (Hirschi & Gottfredson, 2003). Todos estes atos, incluindo atos criminosos, são portanto mais susceptíveis de serem feitos por indivíduos mais sensíveis ao prazer imediato, e por outro lado, mais insensíveis às consequências a longo prazo que advêm destes. A propriedade dos indivíduos que explica a tendência para se envolverem em tais atos, é o que os autores chamam de autocontrole.

5.1. O Autocontrole e o Crime.

Entre algumas teorias explicativas acerca do crime, atualmente, a Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi (1990) é aquela que, tal como o nome sugere, pretende explicar todos os tipos de crimes, em todos os contextos e diferentes fases da vida. Estes autores defendem que a tendência que todos temos para cometer um crime é universal. A relevância desta teoria neste trabalho, deve-se ao papel fundamental que é atribuído ao autocontrole, variável em estudo.

Neste sentido, o que faz a diferença, é a capacidade de cada um de se controlar, e a origem deste controlo, estaria assim em características individuais que algumas pessoas têm mais ou menos, consistindo na capacidade que cada indivíduo possui de controlar o seu comportamento, no sentido de, por um lado, obter recompensas, e por outro, evitar punições.

Contrariamente a outras teorias elaboradas, esta envolve vários tipos de comportamentos anti-sociais, desde o homicídio, a violência sexual, aos crimes de colarinho branco, passando por outros comportamentos análogos (fuga à escola, consumo de drogas, comportamentos sexuais de risco, entre outros). Esta teoria vai dar ênfase à forte associação entre os níveis de autocontrole e os comportamentos criminosos e anti-sociais. Neste contexto, os autores revelam-nos que a hipótese central, centra-se na ideia de que um baixo autocontrole, característica comum do indivíduo que condiciona a sua capacidade para resistir a oportunidades de transgredir a situações com que se depara,

pode estar na origem de diversos tipos de comportamentos delinquentes. Apesar disto, Gottfredson e Hirschi (1990, p. 89) referem que “a falta de autocontrolo não conduz necessariamente ao crime, podendo ser contrabalançada pelas circunstâncias e por outras características do indivíduo”.

Fonseca e Simões (2002) reforçam que devemos ter sempre em conta que a ocorrência de um determinado comportamento anti-social específico, depende também das oportunidades que são colocadas aos indivíduos, tal como o sentido de oportunidade. No entanto, o sentido da oportunidade pouco pode influenciar um indivíduo com níveis elevados de autocontrolo, não devendo assim ser considerada uma verdadeira causa do crime. Ao mesmo tempo, níveis de autocontrolo mais elevados reduzem a possibilidade de se cometer crimes, e aqueles que possuem estes níveis terão menos probabilidade de se envolver em crimes ao longo da sua vida. Nesta linha de raciocínio, não seriam os grupos de delinquentes que aumentariam a probabilidade dos indivíduos se envolverem em atividades criminosas, mas apenas atrairiam os que, devido ao seu baixo autocontrolo, maior tendência teriam para a prática de crimes.

Cleary (2004), no campo das agressões sexuais, revela-nos que este é um tipo de crime que muitas vezes não é abordado pelas teorias criminológicas, apesar da sua ocorrência. O problema em estudar esta tipologia de crime, encontra-se na inconsistência das definições subjacentes a este tipo de agressões. Na perspetiva da autora, os crimes sexuais encaixam perfeitamente na teoria de Gottfredson e Hirschi, sendo que esta vem colmatar algumas falhas na explicação dos comportamentos criminais sexuais, que outras teorias não foram capazes de fazer. Deste ponto de vista, Cleary (2004) refere que os vários agressores sexuais utilizam-se a si e às suas vítimas para estruturar oportunidades, pois todos estes sujeitos cometem crimes de acordo com as oportunidades que lhes são colocadas.

Fonseca e Simões (2002) concluem que características que habitualmente aparecem sob a designação de autocontrolo, não são responsáveis por um tipo específico de conduta no processo de desenvolvimento dos indivíduos. Pessoas com baixo autocontrolo apresentam personalidades com uma pré-disposição para a prática de crimes, ou seja, têm maior probabilidade de ter tipos de personalidade que propiciem a prática de atos criminosos, sendo que estes atos proporcionam uma imediata satisfação dos desejos (Gottfredson & Hirschi, 1990). São as pessoas com baixo autocontrolo que se vão sempre envolver mais em comportamentos desviantes e delinquentes, pois este encontra-se intimamente ligado aos atos criminais. É a partir de uma análise às características destes

atos criminais, que se deduzem características de um criminoso, ou seja, o seu baixo autocontrole.

Os fundadores da Teoria Geral do Crime, referem que pessoas com baixo autocontrole possuem uma tolerância mínima à frustração e pouca habilidade para responder a conflitos através de meios verbais, utilizando preferencialmente meios físicos. Tal como acontece em alguns traços de personalidade, estas características estão presentes nos sujeitos em geral, em maior ou menor grau. Consequentemente, os indivíduos com estas características, estão, à partida, “condenados” a uma carreira delinquente, pois o baixo autocontrole pode ser neutralizado por condições situacionais ou por características dos indivíduos (Gottfredson & Hirschi, 1990).

6. Objetivos e Hipóteses

O presente estudo pretende estudar a relação entre o funcionamento familiar, a inteligência emocional, o autocontrole e os crimes de abuso sexual, violência doméstica e homicídio. De acordo com a literatura, em Portugal, até à data, nenhum estudo relacionou estas variáveis em simultâneo, o que será certamente uma mais valia para futuras investigações, não só na área da Criminologia, como no campo das abordagens sistémicas, das emoções e dos mecanismos de autocontrole, uma vez que aborda a temática do funcionamento familiar, a relevância das competências emocionais e a influência do autocontrole em populações que cometeram estes crimes.

Existem alguns autores (e.g. Nye, 1958; Fonseca & Simões, 2002; Benoit, 2004; Konvalina-Simas, 2012; Born, 2005; LeBlanc & Janosz, 2002), que demonstram que a família e o seu funcionamento continua a assumir um papel fulcral no comportamento desviante dos sujeitos. Fonseca (2002a) observou que certos comportamentos na infância das pessoas, como maus tratos ou negligência, constituíam alguns preditores no comportamento anti-social.

No contexto da comunicação familiar, esta parece ser um bom indicador na qualidade das relações entre pais e filhos. Os autores do Modelo Circumplexo, mantinham a ideia de que a comunicação era um mecanismo utilizado pelas famílias, através do qual as permitia partilhar as suas preferências, necessidades e sentimentos. Blaske et al. (1989) conclui que adultos e crianças que vivem em famílias marcadas pela violência, é comum que tenham recebido poucas oportunidades para ganhar capacidades comunicativas positivas. Stith e Bischof (1996), ao estudarem os padrões de comunicação em famílias de agressores sexuais, verificaram que os seus estilos comunicativos diferiam de famílias de

outro tipo de delinquentes (violentos e não violentos) ou de famílias normativas. Deste modo, relativamente à relação existente entre o crime e o funcionamento familiar, propõe-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: Espera-se que existam diferenças significativas no funcionamento familiar entre os sujeitos condenados pelos crimes de abuso sexual, violência doméstica e homicídio.

Rijo e Sousa (2002), revelam que os indivíduos com comportamento desviante, possuem algumas particularidades no seu funcionamento emocional, nomeadamente quanto às emoções que experimentam, bem como à sua intensidade. Desta forma, a sua capacidade de reconhecer as emoções nos outros e em si mesmo é dificultada, comprometendo o desenvolvimento emocional saudável. Alguns autores (e.g. Savitsky & Czyzewsky, 1978; Hudson et al., 1993; Puglia et al., 2005; Ross & Fontao, 2006) sugerem que os agressores sexuais apresentam dificuldades no reconhecimento e identificação de emoções em si e nos outros, relativamente a outro tipo de agressores (agressores não sexuais), encontrando défices no funcionamento emocional e na sua própria gestão.

Enquanto alguns estudos demonstram que os criminosos sexuais apresentam défices em determinadas funções emocionais, poucos estudos avaliam o funcionamento geral destes agressores, pois não se sabe se estes exibem um défice emocional geral ou se o défice emocional que demonstram se encontra relacionado apenas com a vítima ou em específico com as circunstâncias em que os crimes ocorrem. Deste modo, Fernandez, Marshall, Lightbody e O'Sullivan (1999; cit. por Puglia et al., 2005), sugerem que a capacidade geral dos criminosos sexuais de perceber emoções é normal, pois apenas apresentam os seus défices de empatia quando confrontados com as vítimas. Por outro lado, Gillespie et al. (2012), Hudson et al. (1993) e Moriarty et al. (2001) não verificam os mesmos resultados, quando comparam agressores sexuais a outros criminosos violentos, são os criminosos sexuais que apresentam menor regulação emocional. Assim, dado alguma incoerência por parte da literatura, propõe-se a seguinte hipótese:

Hipótese 2: Espera-se que existam diferenças significativas na inteligência emocional entre os sujeitos condenados pelos crimes de abuso sexual, violência doméstica e homicídio.

A relação entre o comportamento desviante e a falta de autocontrole tem sido repetidamente demonstrada (e.g. Fonseca, 2002a; Fonseca & Simões, 2002). Tendo em conta a Teoria Geral do Crime, sustentada por Gottfredson e Hirschi (1990), o autocontrole é uma das características ou padrões de comportamento, propiciador de comportamentos anti-sociais e delinquentes. De acordo com esta teoria, comportamentos desviantes mais ou menos graves, são manifestações de falta de autocontrole. Segundo Piquero, MacDonald, Dobrin, Daigle e Cullen (2005), os indivíduos com baixo autocontrole, em conjunto com situações de oportunidade, estão mais sujeitos a participar em todos os tipos de comportamentos criminosos, análogos e imprudentes, ao longo do seu percurso de vida.

West (1983) refere que a maioria das investigações sugere que os abusadores sexuais de menores, em particular, são o grupo de agressores sexuais que mais se distingue do resto da população criminal. Segundo este, homens que se envolvem com crianças são descritos normalmente como passivos, não violentos com as suas vítimas, e sob assertivos. Estes estilos inibitórios entram em contraste com o estilo “agressivo” associado a teorias da criminalidade (e.g. Gottfredson & Hirschi, 1990). Propomos assim a seguinte e última hipótese:

Hipótese 3: Espera-se que existam diferenças significativas no autocontrole entre os sujeitos condenados pelos crimes de abuso sexual, violência doméstica e homicídio.

Método

1. Participantes

O estudo é constituído por 92 participantes, adultos, todos eles pertencentes ao sexo masculino e com idades compreendidas entre os 20 e os 73 anos ($M = 39,82$; $DP = 11,204$) (Tabela 1). Os participantes são reclusos num Estabelecimento Prisional pertencente ao distrito judicial de Lisboa e distribuíram-se da seguinte forma: um grupo de sujeitos condenados pelo crime de abuso sexual de menores ($N=30$); um grupo de sujeitos condenados pelo crime de violência doméstica ($N=32$) e, por último, um grupo de sujeitos condenados pelo crime de homicídio ($N=30$), fazendo um total de três grupos.

Tabela 1.

Distribuição dos participantes segundo idade e tipo de crime

| Grupo Etário | Tipo de Crime | | | Total |
|--------------|---------------|---------------------|-----------|-------|
| | Abuso Sexual | Violência Doméstica | Homicídio | |
| [20-25] | 0 | 4 | 6 | 10 |
| [26-35] | 4 | 12 | 4 | 20 |
| [36-45] | 11 | 13 | 12 | 36 |
| [46-55] | 9 | 2 | 17 | 28 |
| [56-65] | 5 | 1 | 2 | 8 |
| >66 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 30 | 32 | 30 | 92 |

No que diz respeito às habilitações literárias dos participantes, 27 sujeitos referiram ter completado o terceiro ciclo do ensino básico (9ºano), 21 sujeitos completaram o segundo ciclo do ensino básico (6ºano), 19 sujeitos completaram o primeiro ciclo do ensino básico (4ºano), 16 sujeitos completaram o secundário (12ºano), 4 sujeitos completaram o Mestrado, 1 sujeito completou a Licenciatura e, por último, 4 sujeitos referiram não ter estudos (Tabela 2).

Tabela 2.

Distribuição dos participantes segundo habilitações literárias e tipo de crime

| Habilitações Literárias | Abuso Sexual | Violência Doméstica | Homicídio | Total |
|-------------------------|--------------|---------------------|-----------|-------|
| Sem estudos | 1 | 3 | 0 | 4 |
| 4º ano | 16 | 1 | 2 | 19 |
| 6º ano | 4 | 11 | 6 | 21 |
| 9º ano | 2 | 10 | 15 | 27 |
| 12º ano | 5 | 5 | 6 | 16 |
| Licenciatura | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Mestrado | 2 | 2 | 0 | 4 |
| Total | 30 | 32 | 30 | 92 |

Dos 92 participantes, relativamente à nacionalidade, verifica-se uma elevada diversidade neste campo. A mais predominante é a portuguesa (74 sujeitos). De seguida, seguem-se a cabo verdiana (5 sujeitos), a romena (3 sujeitos), a guineense (2 sujeitos), a moldava (2 sujeitos), a moçambicana (2 sujeitos), a angolana (1 sujeito), a brasileira (1 sujeito), a congoleza (1 sujeito), e por fim a venezuelana (1 sujeito).

Em relação ao estado civil dos participantes, 44 sujeitos apresentaram como estado civil o de solteiro, 20 sujeitos apresentaram-se como casados, 20 sujeitos apresentaram-se divorciados ou separados, 13 sujeitos apresentaram-se em união de facto e, por fim, 1 sujeito apresentou-se como viúvo. Todos os participantes deram o seu consentimento para participar de forma voluntária no estudo.

2. Instrumentos

2.1. Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar

Um dos instrumentos utilizados neste estudo foi o Family Adaptability and Cohesion Evaluate Scales (FACES IV), que foi originalmente desenvolvido por Olson, Bell e Portner em 1978 (Olson, 2000) e encontra-se atualmente a ser validado e adaptado para a população portuguesa por Gouveia-Pereira, Coutinho, Gomes, Martins & Miranda

(2013). Este é um instrumento de auto-relato e encontra-se atualmente na quarta versão, FACES IV (Olson, 2011), apresentando algumas inovações relativamente às versões anteriores. As atualizações desenvolvidas nesta escala de avaliação serviram para colmatar certas falhas encontradas nas três primeiras versões. Uma das atualizações foi a introdução de subescalas, que permitiram uma melhor análise dos extremos de ambas as dimensões coesão e flexibilidade do Modelo Circumplexo. Outra das inovações foi a introdução de duas escalas destinadas à avaliação da comunicação e da satisfação familiar, fatores que se encontram subjacentes tanto à coesão como à flexibilidade.

A escala de avaliação é assim constituída por 62 itens. Desta totalidade, 42 destes itens dizem respeito à avaliação das dimensões coesão e flexibilidade familiar, que, por sua vez, se encontram divididas em 6 subescalas (coesão equilibrada, flexibilidade equilibrada, coesão desagregada, coesão aglutinada, flexibilidade rígida e flexibilidade caótica). Cada uma destas 6 subescalas é composta por 7 itens e estes são respondidos numa escala tipo Likert de 5 pontos (*1= Discordo Fortemente* a *5= Concordo Fortemente*).

Em referência aos tipos familiares equilibrados, existem 2 subescalas. Uma delas diz respeito à coesão familiar equilibrada (e.g. item7. “Os membros da minha família sentem-se muito próximos uns dos outros.”) e a outra diz respeito à flexibilidade familiar equilibrada (e.g. item8. “Os meus pais partiram a liderança na nossa família de maneira igual.”). Quanto ao sistemas familiares desequilibrados estão presentes duas subescalas. Na coesão familiar, a Coesão Desagregada (e.g. item3. “Os membros da minha família sabem muito pouco acerca dos amigos dos outros membros da família.”) e a Coesão Aglutinada (e.g. item10. “Nós passamos demasiado tempo juntos.”). Na dimensão da Flexibilidade Familiar existe a subescala Flexibilidade Rígida (e.g. item11. “Existem consequências claras quando um membro da minha família faz alguma coisa errada.”) e a Flexibilidade Caótica (e.g. item12. “É difícil saber quem é o líder da nossa família.”).

Para além desta escala da avaliação aceder às duas dimensões do Modelo Circumplexo, Coesão e Flexibilidade familiar, também acede às componentes Comunicação e Satisfação Familiar. Deste modo, após os 42 itens referentes à Coesão e Flexibilidade, surgem os itens ligados às escalas de Comunicação e Satisfação. A escala de Comunicação é composta por 10 itens (e.g. item44. “Os membros da minha família são muito bons ouvintes.”) e consiste em respostas de 5 pontos, sendo que quanto maior a média obtida, melhor a comunicação nos sistemas familiares. Esta escala é uma versão

adaptada da *Parent-Adolescent Communication Scale* (Barnes & Olson, 1989, cit. por Olson, 2011).

Na realização deste trabalho, recorreu-se a uma versão traduzida do instrumento FACES IV desenvolvida por Gouveia-Pereira et al. (2013), composta apenas por 52 itens, uma vez que se excluiu a escala de satisfação familiar. A razão para esta exclusão deve-se ao facto da satisfação familiar não fazer parte diretamente das hipóteses em estudo, e por outro lado, para tentar diminuir o extenso número de itens apresentados aos participantes.

Numa análise das qualidades psicométricas desta escala, é necessário verificarmos os níveis de consistência interna para cada um dos raios do Modelo Circumplexo. No rácio de coesão familiar (M=1,54; DP=0,43) encontramos um alfa de Cronbach=0,953, isto é, bastante elevado. No rácio da flexibilidade familiar (M=1,38; DP=0,34), deparamo-nos com um alfa de Cronbach=0,97, também muito elevado. Por fim, o rácio total ou de funcionamento familiar (M=1,53; DP=0,36), que também assume valores elevados, sendo o alfa de Cronbach=0,832. Ao analisarmos a subescala da comunicação (M=3,84; DP=0,71), verificamos que esta apresenta igualmente valores de alfa de Cronbach elevados, sendo o $\alpha = 0,944$. Todos estes valores conferem a esta escala uma consistência interna elevada.

2.2. Questionário de Competências Emocionais.

Para aceder à Inteligência Emocional da população em estudo, foi utilizado o *Questionário de Competências Emocionais* (QCE), desenvolvido na Croácia por Taksic (2000) e adaptado ao contexto português por Santos e Faria (2005). Este foi realizado a partir do original *Emotional Skills and Competence Questionnaire* (ESCQ) e tem por base o modelo teórico de Mayer e Salovey (1997). Este questionário é uma medida de auto-relato, utilizado em contexto académico e laboral (Santos & Faria, 2005).

O questionário é constituído por 45 itens, respondidos numa escala de Likert de 6 pontos, de “*Nunca*” a “*Sempre*”. A escala é composta por três dimensões ou subescalas, são elas: *Percepção Emocional* (15 itens); *Expressão Emocional* (14 itens) e *Capacidade para lidar com a Emoção* (16 itens) (Tabela 3). A percepção emocional, composta por 15 itens (e.g. item10. “Quando alguém me elogia, trabalho com maior entusiasmo”). A expressão emocional, com 14 itens (e.g. item2. “Consigo exprimir os meus sentimentos e emoções em palavras”). E por fim, a Capacidade para lidar com a Emoção (e.g. item6. “Quando vejo como alguém se sente, geralmente sei o que lhe aconteceu”) (Santos & Faria, 2005).

No presente trabalho, recorreu-se a uma modificação da escala de Likert de 6 pontos para uma escala de Likert de 5 pontos, apresentando-se a ordem “nunca”, “raramente”, “algumas vezes”, “frequentemente” e “sempre”. Esta decisão foi tomada para evitar o posicionamento em respostas neutras, tentando aumentar a probabilidade de se obter respostas mais informativas das atitudes dos participantes (Kaplan & Saccuzzo, 2013).

Tabela 3.

Estrutura fatorial do QCE (Santos & Faria, 2005)

| Fatores | Itens por Fator |
|--|--|
| F1 – Percepção Emocional | 1,4,7,10,13,16,19,22,25,28,31,34, 37,40,43 |
| F2 – Expressão Emocional | 2,5,8,11,14,17,20,23,26,29,32,35,38,41,44 |
| F3 –Capacidade para lidar com a Emoção | 3,6,9,12,15,18,21,24,27,30,33,36,39,42,45 |

No estudo realizado e aplicado à população portuguesa, os valores de alfa das subescalas sugerem que os itens são consistentes às dimensões a que pertencem. A escala apresenta assim uma boa consistência interna para as dimensões Percepção Emocional ($\alpha=0,84$) e Expressão Emocional ($\alpha=0,84$) e uma consistência interna razoável para a subescala Capacidade para lidar com a Emoção ($\alpha=0,67$), à semelhança do estudo pioneiro na Croácia. O valor de alfa na escala total foi de $\alpha=0,89$ (Santos & Faria, 2005).

Tendo em conta o presente estudo e as subescalas anteriormente apresentadas, analisando as qualidades psicométricas do Questionário de Competências Emocionais ($M=164,58$; $DP=22,04$), no que diz respeito à subescala Percepção Emocional ($M=3,71$; $DP=0,52$), encontramos um alfa de Cronbach= $0,801$, o que nos indica uma elevada consistência interna. Relativamente à subescala Expressão Emocional ($M=3,73$; $DP=0,57$), encontramos um alfa de Cronbach= $0,850$, o que também nos revela uma elevada consistência interna. Por fim, na subescala Capacidade para lidar com a Emoção ($M=3,51$; $DP=0,57$), apresenta um alfa de Cronbach= $0,849$, que também nos indica um nível elevado de consistência interna. Finalmente, para a escala total da Inteligência Emocional/Competências Emocionais, verifica-se um valor muito elevado ($\alpha=0,925$), o que significa uma forte consistência para esta escala.

2.3. Escala de Autocontrolo.

Com o objetivo de aceder às capacidades de autocontrolo dos indivíduos, foi utilizada a Escala de Autocontrolo, originalmente desenvolvida por Gottfredson e Hirschi (1990), no âmbito da Teoria Geral do Crime (Grasmick et al., 1993, cit. por Fonseca 2002; Gibbs et al., 1998, cit. por Fonseca, 2002). A sua validação para a população portuguesa foi realizada por Fonseca (2002).

Esta escala é constituída por 24 itens, em que os sujeitos devem indicar até que ponto cada item os descreve, partindo de quatro níveis possíveis de resposta (0-Nada; 1- Um pouco; 2- Bastante; 3- Muito). O valor total desta escala irá ser o somatório das respostas dos indivíduos, tendo em que conta que este pode variar entre 0 e 72, onde valores mais elevados correspondem a níveis/capacidades de autocontrolo mais baixos e vice-versa. De forma a fornecer uma melhor interpretação, invertemos a presente escala, onde valores mais elevados remetem para a presença de maiores níveis de autocontrolo.

Através das análises das qualidades psicométricas desta escala ($M=50,18$; $DP=10,348$), observamos que este instrumento assumiu um valor de alfa de Cronbach= $0,867$, o que lhe concede um bom nível de consistência interna (Pestana & Gageiro, 2003). De acordo com o trabalho de Fonseca (2002), uma estrutura monofatorial será mais apropriada para este construto, pelo que não foi realizada uma análise fatorial.

3. Procedimento

Tratando-se de uma amostra proveniente de um contexto prisional, e antes de partir para a recolha de dados, este projeto foi inicialmente avaliado pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que posteriormente autorizou a sua realização. Dado o facto de me encontrar no momento a estagiar no Estabelecimento Prisional da Carregueira, o contacto pessoal com as entidades responsáveis foi facilitado, onde foram esclarecidos os objetivos do trabalho, os instrumentos a utilizar, bem como a amostra pretendida. Foi ainda realizado um documento com um consentimento informado, que seguia juntamente aos restantes instrumentos, onde se informava o objetivo do estudo e se esclarecia que a participação era totalmente anónima e confidencial.

Após a regularização das autorizações, procedeu-se à recolha de dados. Esta ocorreu após um levantamento e posterior seleção de indivíduos condenados pelas tipologias inerentes ao estudo. Posteriormente, através da base de dado existente no programa informático SIP (Sistema de Informação Prisional), foi possível construir três

listagens referentes aos três tipos de crime pretendidos: abuso sexual de menores, violência doméstica e homicídio.

Devido a inúmeras condicionantes existentes num contexto prisional, a recolha de dados foi realizada em dois contextos distintos: em gabinete (individualmente) e na zona escolar, em salas de aula (em grupo). Através da recolha individual em gabinete, foi necessário pedir autorização aos guardas para que chamassem os reclusos, um de cada vez, sendo-lhes facultado o número mecanográfico de cada um. Devido a questões de segurança, não era permitido atender vários reclusos em simultâneo, de modo que a recolha em gabinete foi mais morosa. Já na zona escolar, o processo realizou-se de forma mais rápida, pois era permitido estarem cerca de 15/20 reclusos numa sala de aula, daí o preenchimento dos questionários neste contexto ter sido mais eficaz.

Antes de distribuir os questionários pelos sujeitos, e devido às baixas habilitações literárias destes, foram esclarecidas algumas questões relativamente a conceitos que não eram entendidos da forma mais adequada. Foram também explicados os objetivos do estudo, em que consistia este, o tempo que demoraria a ser realizado e o caso de se tratar de um questionário que foca algumas características pessoais, emocionais e familiares, sendo assim mais uma vez realçado o facto de ser um questionário anónimo e confidencial. A opção de desistência do preenchimento do questionário também foi abordada, pois muitos destes sujeitos demonstravam algumas fragilidades quando se abordava a problemática da família.

A aplicação da prova tinha uma duração máxima de 30/45 minutos, sendo o tempo despendido a concluir esta tarefa extremamente heterogéneo, devido à elevada diversidade de uma compreensão clara daquilo que era pedido. Os materiais necessários para a sua concretização foram os questionários em papel, e canetas.

Após a explicação e as instruções necessárias à realização dos testes, e esclarecidas todas as dúvidas, iniciou-se o preenchimento dos questionários, composto por uma página inicial onde figurava o consentimento informado, de forma a obter-se uma prova de que sujeitos aceitavam participar no estudo, e uma folha em que os participantes forneciam alguns dados sociodemográficos, tais como idade e habilitações literárias, entre outros. De seguida, surgiam os três questionários inerentes à investigação, apresentados em anexo. Seguidamente, concluída a fase do preenchimento dos questionários, era-lhes perguntado se tinham ficado com alguma dúvida ou questão relativamente aos mesmos. Por fim, agradecia-se aos sujeitos pela sua disponibilidade e participação no estudo.

Resultados

Antes de se proceder à análise dos resultados, importa referir que relativamente ao pressuposto da normalidade para a utilização dos testes paramétricos, este é assegurado pelo Teorema do Limite Central, que pode ser evocado para um número de participantes superior a trinta elementos (Marôco, 2010), o que é o caso do presente estudo, visto contar com a colaboração de noventa e dois sujeitos.

1. Análise das dimensões do instrumento FACES IV

Entre outras, a possibilidade da criação de rácios para o Modelo Circumplexo é uma das inovações introduzidas por Olson (2011), na nova versão do instrumento FACES. Neste novo instrumento, a divisão dos resultados de cada subescala equilibrada pelas médias das subescalas desequilibradas, vai tornar possível a comparação de valores funcionais com valores disfuncionais de cada sistema familiar. Assim, para a investigação, o autor sugere a tradução de valores em dados percentílicos ou em rácios. Com esta sugestão, podem ser então criados três rácios (rácio da coesão familiar, rácio da flexibilidade familiar e rácio total Circumplexo ou do funcionamento familiar), através das fórmulas apresentadas na Figura 1. Através da divisão da média da escala de coesão e flexibilidade familiar equilibradas pela média da coesão e flexibilidade familiar desequilibradas obtêm-se os rácios de coesão familiar e rácio de flexibilidade familiar. De seguida, através da média destes dois rácios, podemos obter o rácio total ou de funcionamento familiar. Estes podem variar entre valores de 0,2 até 5, sendo que o valor 1 nos indica iguais níveis de funcionamento /disfuncionamento familiar. Posto isto, resultados superiores a 1 indicam-nos sistemas familiares mais funcionais que disfuncionais, enquanto que valores inferiores a 1, nos indicam sistemas familiares mais disfuncionais que funcionais. Com esta análise, é possível obter-se uma variável contínua, o rácio de funcionamento familiar, que nos vai indicar que quanto mais inferior a 1 for o resultado de um sistema familiar, mais desequilibrado é, e pelo contrário, quanto mais superior a 1 for o resultado, mais equilibrado é considerado o sistema familiar em causa.

Rácio de Coesão = Coesão Equilibrada / (C. Desagregada + C. Aglutinada)/ 2

Rácio de Flexibilidade = Flexibilidade Equilibrada / (F. Rígida + F. Caótica)/ 2

Rácio do Funcionamento Familiar = Rácio de Coesão + Rácio de Flexibilidade/ 2

Figura 1. Fórmulas para obtenção dos Rácios do Modelo Circumplexo. Adaptada de “FACES IV: Scoring & Storing Data”, de D. Olson, 2010, Unpublished manuscript, p. 2.

2. Análise Descritiva

Antes de se começar a responder às hipóteses propostas e aos referentes resultados, considerámos apropriado, analisar de forma descritiva, os rácios do Modelo Circumplexo.

2.1. Análise Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo.

Tendo em conta os três rácios obtidos através das fórmulas anteriormente apresentadas, achámos pertinente, numa análise mais detalhada, analisar as correlações entre os diferentes rácios e a comunicação familiar, onde podemos verificar que todos os rácios se encontram positivamente relacionados, tal como a comunicação, revelando que quanto mais coesão familiar, mais flexibilidade familiar e melhores capacidades comunicativas (Tabela 4).

É importante referir, que de acordo com as hipóteses do Modelo Circumplexo, Olson (2000) refere que os sistemas familiares equilibrados e funcionais tendem a ter uma boa comunicação, enquanto que, por outro lado, os sistemas familiares desequilibrados e por sua vez disfuncionais, tendem a apresentar uma comunicação mais pobre. Ao fazermos esta correlação, verificamos que existe uma forte associação positiva entre o rácio de funcionamento familiar e a subescala da comunicação familiar ($r=0,576$, $p=0.00$) (Tabela 4), indo ao encontro da hipótese de Olson (2000), concluindo que quanto mais equilibrado for o funcionamento familiar, melhores capacidades comunicacionais estas apresentam.

Tabela 4.

Análise das Correlações de Pearson entre os Rácios do Modelo Circumplexo e a Comunicação Familiar

| Rácios do Modelo Circumplexo e Comunicação Familiar | I | II | III | IV |
|---|--------|--------|--------|----|
| I. Rácio de Coesão Familiar | -- | | | |
| II. Rácio de Flexibilidade Familiar | .735** | -- | | |
| III. Rácio do Funcionamento Familiar | .948** | .913** | -- | |
| IV. Comunicação Familiar | .523** | .554** | .576** | -- |

** $p < 0,01$

3. Funcionamento Familiar e Tipo de Crime

Após uma breve análise descritiva de algumas variáveis em estudo, seguimos à apresentação dos resultados referentes às hipóteses colocadas. Em relação à primeira hipótese, espera-se que relativamente aos três tipos de crime, (abuso sexual, violência doméstica e homicídio), se verifiquem diferenças estatisticamente significativas no funcionamento familiar dos indivíduos. Para responder à seguinte hipótese, foi realizada uma análise univariada Anova One-way, para os rácios da coesão familiar, flexibilidade familiar e funcionamento familiar, bem como para a dimensão da comunicação familiar.

Na dimensão da comunicação, foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os três tipos de crime ($F_{(2,92)}=3,72$; $p=0,028$). De forma a analisar em que grupos se observam estas diferenças, realizámos o teste Post-hoc Tukey. De acordo com estes resultados, foi possível verificarmos que existem apenas diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos que praticaram o crime de abuso sexual ($M=3,67$; $DP=0,68$; $p=0,036$) e os sujeitos que praticaram o crime de homicídio ($M=4,12$; $DP=0,49$). Isto é, sujeitos que cometeram o crime de abuso sexual têm a percepção de que a qualidade da comunicação nas suas famílias é inferior do que sujeitos condenados pelo crime de homicídio (Figura 2).

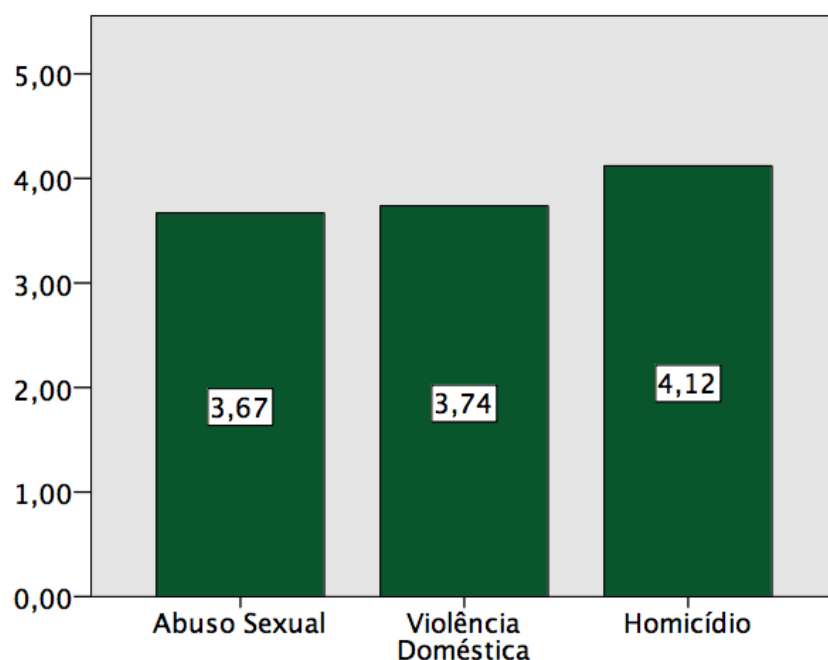


Figura 2. Gráfico das médias dos níveis de Comunicação Familiar segundo o tipo de crime.

Relativamente ao tipo de crime, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no rácio da coesão familiar ($F_{(2;92)}=0,675$; $p=0,512$), no rácio da flexibilidade familiar ($F_{(2;92)}=1,820$; $p=0,168$) e no rácio total ou de funcionamento familiar ($F_{(2;92)}=1,242$; $p=0,294$).

4. Inteligência Emocional e Tipo de Crime

No que diz respeito à segunda hipótese, espera-se que, relativamente ao tipo de crime (abuso sexual, violência doméstica e homicídio), se verifiquem diferenças estatisticamente significativas na inteligência emocional dos indivíduos. Para responder à seguinte hipótese, foi realizada uma análise univariada Anova One-way.

Antes de mais, é importante referir que a escala utilizada para averiguar a inteligência emocional dos indivíduos comporta três subescalas ou dimensões, sendo elas a percepção emocional, a expressão emocional e a capacidade para lidar com a emoção e que um score final elevado remete para níveis de inteligência emocional elevados.

Os resultados mostram que existem diferenças estatisticamente significativas na média da inteligência emocional, a nível da expressão emocional ($F_{(2;92)}=3,312$; $p=0,041$) e da capacidade para lidar com a emoção ($F_{(2;92)}=4,722$; $p=0,011$). No entanto, relativamente à dimensão da percepção emocional nos três tipos de crime não se verificam

diferenças estatisticamente significativas ($F_{(2;92)}=0,679$; $p=0,509$). De modo a verificarmos as diferenças encontradas entre os três tipos de crime, foi realizado o teste Post-hoc Tukey. Relativamente à dimensão da expressão emocional, foram encontradas apenas diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos condenados por abuso sexual ($M=3,52$; $DP=0,62$; $p=0,047$) e os sujeitos condenados por violência doméstica ($M=3,86$; $DP=0,54$) (Figura 3).

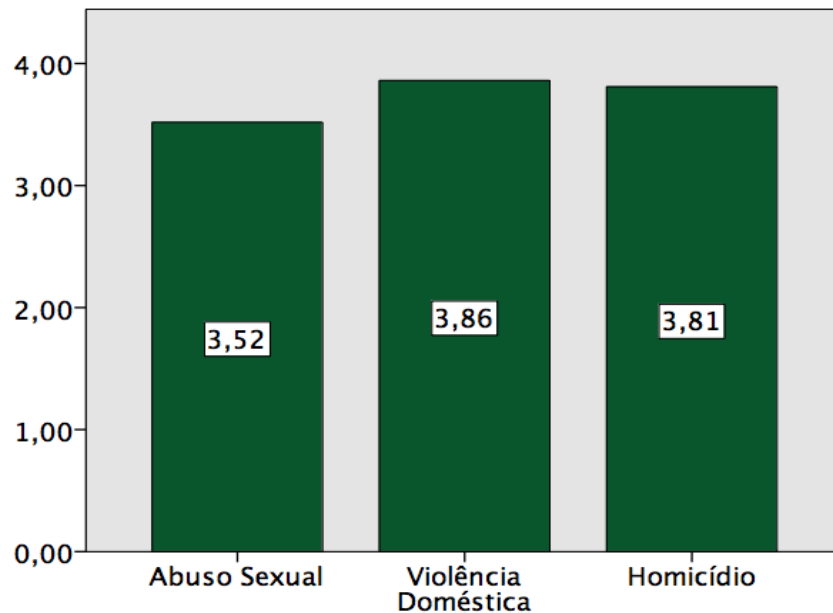


Figura 3. Gráfico das médias da Expressão Emocional segundo o tipo de crime.

No que diz respeito à dimensão capacidade para lidar com a emoção, observámos diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos que cometeram o crime de abuso sexual ($M=3,26$; $DP=0,64$; $p=0,014$) e os sujeitos que cometeram o crime de violência doméstica ($M=3,66$; $DP=0,48$) e entre os sujeitos que cometeram o crime de abuso sexual ($M=3,26$; $DP=0,64$; $p=0,05$) e sujeitos que cometeram o crime de homicídio ($M=3,60$; $DP=0,50$) (Figura 4).

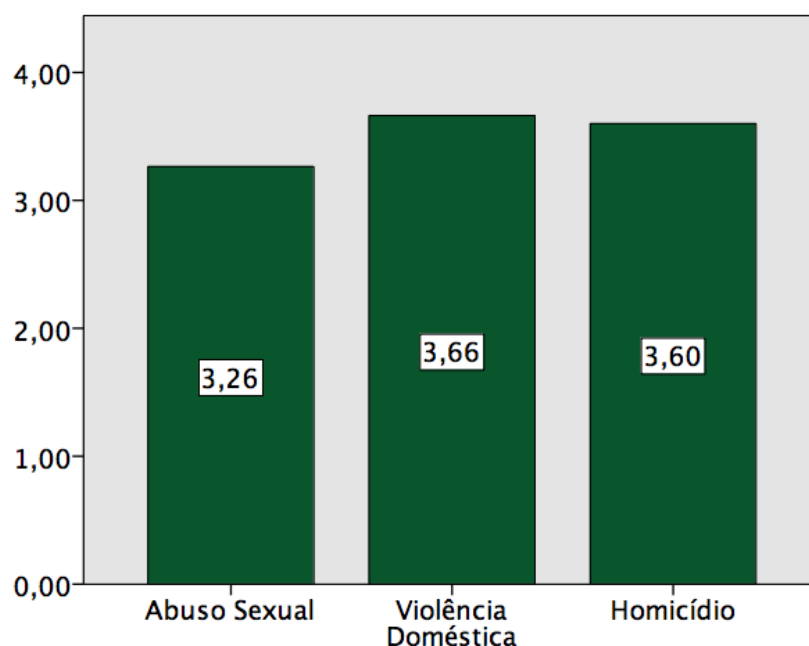


Figura 4. Gráfico das médias da Capacidade para lidar com a Emoção segundo o tipo de crime.

Numa análise das médias da inteligência emocional, podemos observar que os sujeitos que cometeram o crime de abuso sexual são os que apresentam uma menor inteligência emocional ($M=3,26$; $DP=0,64$) e os sujeitos que cometeram o crime de violência doméstica ($M=3,66$; $DP=0,48$), pelo contrário, são os que apresentam uma maior inteligência emocional.

5. Autocontrole e Tipo de Crime

Na terceira hipótese deste estudo, espera-se que, relativamente aos três tipos de crime (abuso sexual, violência doméstica e homicídio), se verifiquem diferenças estatisticamente significativas no autocontrole dos indivíduos. Apesar de não se verificarem os pressupostos necessários, “na prática, a homogeneidade da variância só se torna importante quando as dimensões das amostras (...) forem muito diferentes, isto é, quando a maior amostra tiver uma dimensão pelo menos dupla da dimensão da menor amostra. Quando as amostras não são fortemente desequilibradas, o efeito da heterogeneidade da variância, mesmo se acentuada, é pouco significativo. Desta forma, consideram-se grupos desequilibrados se o maior tiver uma dimensão duas vezes superior ao mais pequeno (Guimarães & Cabral, 1997, p. 465). Deste modo, podemos prosseguir para o teste paramétrico Anova One-way.

Os resultados mostram que existem diferenças estatisticamente significativas na média do autocontrole nos três tipos de crime ($F_{(2;92)} = 10,545$, $p < 0,001$), ou seja, o autocontrole apresentado pelos indivíduos, influencia o tipo de crime que estes cometem. De forma a verificarmos as diferenças encontradas entre os três tipos de crime, foi realizado o teste Post-hoc Tukey. Relativamente às diferenças nos três tipos de crime no autocontrole dos indivíduos, podemos observar que existem apenas diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos que praticaram o crime de abuso sexual ($M=53,80$; $DP=7,81$; $p < 0,001$) e os sujeitos que praticaram o crime de homicídio ($M=43,73$; $DP=11,60$). No que diz respeito aos sujeitos que praticaram o crime de violência doméstica ($M=52,84$; $DP=8,44$; $p=0,001$), verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas ao nível do autocontrole com os sujeitos que praticaram o crime de homicídio ($M=43,73$; $DP=11,60$).

Numa análise das médias do autocontrole, verificamos que os sujeitos que cometerem o crime de abuso sexual são os que apresentam maiores níveis de autocontrole ($M=53,80$; $DP=7,81$) em comparação com os sujeitos que cometeram o crime de homicídio ($M=43,73$; $DP=11,60$) (Figura 5).

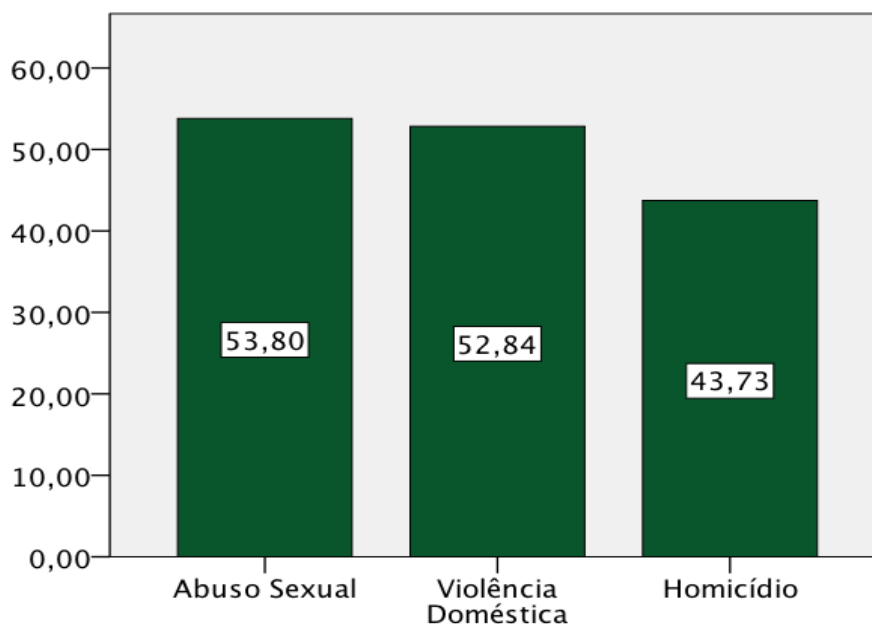


Figura 5. Gráfico das médias do nível de Autocontrole segundo o tipo de crime.

Discussão

Na presente investigação, pretendíamos analisar a importância dos ambientes familiares, da inteligência emocional e do autocontrole em populações criminosas. Deste modo, procurou perceber-se, se numa população condenada por crimes contra as pessoas, mais propriamente por crimes contra a autodeterminação sexual (abuso sexual de menores), por crimes contra a integridade física (violência doméstica) e por crimes contra a vida (homicídio), os agressores apresentavam diferenças no funcionamento familiar, na inteligência emocional e no autocontrole nos crimes supracitados.

Tendo em conta a escassez de estudos sobre o comportamento criminoso em adultos, que tomam por base o Modelo Circumplexo de Olson (2000), este estudo tem como objetivo clarificar como as famílias de uma população adulta condenada por tais crimes, se organizam e se apresentam diferenças entre si, no seu funcionamento. Em relação à inteligência emocional, pretendíamos perceber se os sujeitos possuíam diferentes capacidades de perceber, exprimir e gerir as suas emoções. No que diz respeito ao autocontrole, o objetivo recaía em perceber se os níveis de autocontrole eram diferentes nos três crimes.

De um modo geral, os resultados não vão ao encontro da literatura existente acerca destes temas, com exceção da inteligência emocional, que quando relacionada com as determinadas tipologias de crime, são encontradas diferenças na inteligência emocional dos sujeitos. Deste modo, podemos corroborar a nossa segunda hipótese, na medida em que grande parte da literatura que relaciona as problemáticas do crime à inteligência emocional, releva-nos para a existência de diferenças entre criminosos sexuais e criminosos não sexuais, confirmando assim a nossa hipótese. Relativamente ao funcionamento familiar, rejeitamos a nossa primeira hipótese, visto que nos três grupos, não se verificaram diferenças no funcionamento familiar dos sujeitos, o que não é concordante com a literatura. Por último, no que diz respeito ao autocontrole, apesar de terem sido encontradas diferenças no autocontrole dos indivíduos nos crimes acima referidos e a hipótese ter sido confirmada, a literatura neste âmbito revela-nos que o autocontrole não difere consoante o tipo de crime, referindo que todos os comportamentos desviantes, qualquer que este seja, estão relacionados com maior ou menor autocontrole e com situações de oportunidade que são colocadas aos indivíduos.

1. Funcionamento Familiar e Tipo de Crime

Na primeira hipótese, o objetivo principal centra-se no estudo do funcionamento familiar de famílias de adultos com comportamentos criminosos, segundo o Modelo Circumplexo (Olson, 2011). No nosso estudo, esse facto foi posto em prática, de modo a perceber-se se os sujeitos condenados por estes crimes apresentavam diferenças no funcionamento familiar, a nível da sua coesão, flexibilidade e comunicação. Após uma análise dos nossos resultados, ficou claro que não existem diferenças significativas nos sistemas familiares nos níveis de coesão e flexibilidade dos sujeitos condenados pelos crimes em análise, sendo assim a hipótese rejeitada. No entanto, verificamos que os sujeitos condenados pelo crime de abuso sexual têm a percepção de que a qualidade da comunicação é inferior nas suas famílias, comparativamente aos sujeitos pertencentes aos restantes crimes.

LeBlanc e Janosz (2002) concluíram que as variáveis estruturais da família têm um efeito indireto no comportamento desviante, mediado pelas suas características funcionais. Neste sentido, Born (2005) refere-se às disfunções das dinâmicas familiares, tendo em conta que estas podem situar-se tanto ao nível do casal parental, como na relação pais-filhos, ou nos modos de comunicação dos vários membros.

Neste estudo em particular, o rácio do funcionamento familiar demonstra não estar significativamente associado aos crimes cometidos pelos sujeitos. Assim, os nossos resultados mostram-nos, nestes crimes (abuso sexual, violência doméstica e homicídio), que os sujeitos não percebem o seu funcionamento familiar de diferente forma.

Numa análise mais detalhada, ao debruçarmo-nos sobre o rácio da coesão familiar, primeira dimensão do Modelo Circumplexo, onde Olson (2011) define coesão como o laço emocional entre os membros de uma família, verificamos que, nesta amostra, não existem diferenças nos três tipos de crime. Segundo Bischof et al. (1995) e Bischof et al. (1992), os agressores sexuais percebem as suas famílias como mais coesas, mais apoiantes, mais envolvidas emocionalmente, comparativamente a famílias de outros delinquentes. No entanto, no presente estudo, não nos deparámos com estas diferenças. A literatura diz-nos que a coesão difere entre famílias de agressores sexuais e famílias de outros agressores (não sexuais), onde as primeiras mostram ser mais unidas e mais ligadas que as segundas.

Quanto ao rácio da flexibilidade familiar, Olson (2011) define-a como a liderança, a organização, os papéis e regras relacionais que se fixam num determinado ambiente familiar. Segundo Bischof et al. (1995) e Monastersky e Smith (1985), as famílias de agressores sexuais são comumente representadas e descritas na literatura como rígidas,

emaranhadas ou caóticas. Assim, relativamente à segunda dimensão do Modelo Circumplexo, a literatura é um pouco discordante. No entanto, não foram estas as conclusões a que chegámos no nosso estudo. Através dos resultados obtidos, a relação estabelecida entre o rácio da flexibilidade familiar e os três tipos de crime não apresentou diferenças significativas. De facto, os nossos resultados estão de acordo com o estudo de Bischof et al. (1995), onde a flexibilidade nas famílias de agressores sexuais, quando comparada a famílias de agressores não sexuais, era semelhante, uma vez que não existem diferenças significativas entre os sujeitos dos diversos crimes.

No que se refere à comunicação familiar, observamos que os sujeitos condenados por abuso sexual têm a percepção de que a qualidade da comunicação nas suas famílias é inferior relativamente aos outros sujeitos. Assim, os nossos resultados vão ao encontro de diversos estudos (e.g. Walsh, Beyer & Petee, 1987; cit. por Blaske et al., 1989), em que concluíram que famílias de adolescentes agressores apresentavam baixos níveis de comunicação. Além disso, os autores observaram, numa população de jovens agressores, através da díade mãe-filhos, baixas capacidades comunicativas, quando comparadas com jovens não delinquentes.

Deste modo, tendo em conta para o que nos remete a dimensão da comunicação de acordo com o Modelo Circumplexo, e a importância do seu papel facilitador na gestão da coesão e da flexibilidade entre os membros de uma família, podemos concluir que estamos perante um grupo de sujeitos onde aspetos como a escuta ativa, a consideração, o respeito entre os vários membros da família, entre outros aspetos, estão em falta. Ainda relativamente aos padrões de comunicação no nosso estudo, não podemos afirmar que estes se referem à comunicação dos sujeitos com as figuras parentais (pai ou mãe), como no estudo de Stith e Bischof (1996), em que as questões se dirigiam diretamente à figura maternal e à figura paternal, no presente trabalho, a comunicação refere-se aos membros da família como um todo (e.g. “membros da minha família”).

Numa perspetiva familiar sob o Modelo Circumplexo, partindo do pressuposto que famílias de sujeitos condenados pelas tipologias de crime em estudo pertencem a sistemas familiares disfuncionais, com níveis de coesão e flexibilidade desequilibrados, observamos que os resultados encontrados continuam a ser discordantes com a literatura (indicando que os sujeitos parecem pertencer a sistemas mais funcionais do que disfuncionais). Tendo em conta as conclusões dos estudos anteriormente referidos e as conclusões do nosso estudo, estes resultados relevam-nos para a ideia da elevada importância das relações familiares, especialmente as de proximidade, que se assumem como diretrizes na

comunicação familiar e na sua facilitação. Mais ainda, esta falta de competências de comunicação entre os membros da família de agressores sexuais pode ser uma possível explicação para a evolução de uma doença mental.

No campo da agressão sexual, há autores que afirmam que a população de jovens agressores sexuais é única e distinta de quaisquer outros tipos de delinquentes (Knopp, 1985; O'Brien, 1985). Os estudos anteriormente referidos (Bischof et al., 1992; Monastersky & Smith, 1985), que abordam a problemática do funcionamento familiar em delinquentes, demonstram-nos o contrário daquilo que foram as nossas conclusões relativamente à primeira hipótese. Desta forma, podemos colocar algumas hipóteses explicativas na tentativa de justificar os resultados observados.

Ao querermos aceder às famílias, mais concretamente ao funcionamento das famílias destes agressores, é importante que esta seja considerada como um todo, tal como refere Relvas (1996) quando diz que a família é vista como um sistema, e o sistema familiar é, em si mesmo, um sistema vivo, com um processo evolutivo próprio.

Assim, em primeiro lugar, devemos ter em conta o contexto onde foi realizado o presente estudo. Um contexto como o prisional pode influenciar de forma significativa os resultados, pois os sujeitos encontram-se longe das suas famílias e das suas experiências enquanto membros de uma família. Tal justificação pode estar na origem da discrepância dos nossos resultados, que dizem respeito tanto aos rácios de coesão e flexibilidade familiar como às capacidades comunicacionais. Consequentemente, os agressores, ao serem confrontados com as questões relativamente à sua família, podem estar a referir-se a momentos presenciados no passado e não à sua percepção atual, podendo resultar numa realidade um pouco distorcida daquilo que é realmente o ambiente e a comunicação nas suas famílias. Moreira (2008), refere que estas instituições são uma fonte de sofrimento, uma vez que afastam o indivíduo dos seus amigos e familiares, fazendo com que este se sintam sem qualquer suporte familiar.

Em segundo lugar, é de referir que grande parte da literatura que diz respeito à problemática dos sistemas familiares e ao crime, compara populações de jovens agressores sexuais com populações de jovens agressores não sexuais (e.g. homicídio, roubos, assalto agravado) (e.g. Bischof et al., 1992; Bischof et al., 1995; Stith & Bischof, 1996), sendo poucos os estudos que se centram na população adulta. Posto isto, tendo em conta que o presente estudo contou com a participação de sujeitos adultos, com idades compreendidas entre os vinte e os setenta e três anos, uma hipótese explicativa para os nossos resultados pode ser o facto de os grupos etários estudados serem diferentes.

Em terceiro lugar, é de salientar a forma como os participantes são agrupados na literatura referente a estas problemáticas. No nosso estudo, os participantes estão condenados apenas pelos crimes referidos, e encontram-se divididos em três grupos, enquanto que na literatura a divisão é feita apenas em grupos de agressores sexuais e grupos de agressores não sexuais (violentos e não violentos). Deste modo, tendo em conta que a agressão sexual pode incluir comportamentos como violação, abuso sexual de menores, incesto, exibicionismo e voyeurismo (Coleman, Dwyer, Abel, Berner, Breiling, Eher & Weiss, 2000), e, de acordo com a literatura, os comportamentos violentos podem ser, por exemplo, homicídios e assaltos e os comportamentos não violentos podem ser crimes contra as pessoas ou propriedades ou abuso de substância, é certo que não é possível ter certezas da homogeneidade destes grupos, sendo bastante provável que os sujeitos possam ter cometido outro tipo de crime, sem ser apenas aquele pelo qual estão condenados (Blaske et al., 1989). Posto isto, outra hipótese explicativa para as diferenças dos resultados observados no nosso estudo e na literatura, pode ser a forma como os grupos se encontram organizados.

Por fim, estes resultados podem relevar ainda para a possibilidade da presença da desejabilidade social, isto é, a tendência dos sujeitos em dar respostas socialmente aceitáveis ou consideradas como corretas, ou a necessidade de responder de forma culturalmente sancionada (Crowne & Marlowe, 1960).

2. Inteligência Emocional e Tipo de Crime

Esta hipótese foi confirmada no sentido esperado, pois os resultados encontram-se parcialmente em linha com as predições. No presente estudo, encontrámos diferenças na inteligência emocional dos sujeitos nos três tipos de crime, sendo o grupo de indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual aquele que apresenta uma menor inteligência emocional, a nível da expressão emocional e da capacidade para lidar com a emoção. Por outro lado, os sujeitos condenados por homicídio foram aqueles que apresentaram maior inteligência emocional. Os resultados observados vão ao encontro de alguns estudos que analisaram as emoções e a inteligência emocional em criminosos sexuais e criminosos não sexuais.

Confirmando esta relação, Blaske et al. (1989) afirmam que alguns investigadores concluíram que tanto agressores sexuais como agressores violentos não sexuais evidenciavam défices emocionais e interpessoais, consistentes com várias teorias sobre crimes e comportamento delincente. De acordo com a literatura, os agressores sexuais

apresentam menores capacidades de regulação emocional, quando comparados a outros tipos de criminosos violentos (e.g. Gillespie et al., 2012; Hudson et al., 1993; Moriarty et al., 2001), isto é, apresentam mais dificuldade no reconhecimento das emoções em si e nos outros e na gestão das mesmas. Tendo em conta a definição de inteligência emocional criada por Salovey e Mayer (1990), a nossa hipótese é suportada por vários estudos e ao mesmo tempo contrariada por outros.

No ramo da percepção das emoções, os sujeitos do nosso estudo não demonstram diferenças significativas entre si. Estes resultados são discordantes com o estudo de Hudson et al. (1993), que, também em contexto prisional, analisou as dificuldades/défices de reconhecimento de respostas emocionais em agressores sexuais e agressores violentos não sexuais. Os autores chamam a atenção para a importância de emoções como o medo, o desgosto e a zanga, pois sugerem que estas poderão ser as experienciadas pelas suas vítimas, às quais os agressores sexuais parecem não ser capazes de responder e de as identificar adequadamente. Através de estímulos emocionais, estes concluem que os agressores não sexuais apresentavam maior sensibilidade emocional comparativamente aos agressores sexuais. Desta forma, com base neste estudo, podemos afirmar que os abusadores sexuais (agressores sexuais) são menos sensíveis emocionalmente, menos precisos a identificar o estado emocional dos outros e a reconhecer expressões faciais, o que não vai ao encontro dos resultados obtidos do nosso estudo, respetivamente à percepção emocional. Em contraste com isto, o estudo desenvolvido por Puglia et al. (2005) verifica que a população de agressores sexuais exibe uma maior percepção emocional e uma maior capacidade de perceber estímulos relativamente a outros agressores.

Numa análise ao ramo da expressão emocional, observámos como este mostrou ser diferente nos três grupos. Nesta análise, verificámos como os abusadores sexuais possuem menor expressão emocional que os restantes grupos. Estes dados parecem ir ao encontro do estudo realizado por Gery, Miljkovitch, Berthoz e Soussignan (2009), onde, através da utilização de expressões e sinais faciais, concluíram que os agressores sexuais demonstravam menos precisão na identidade destas expressões do que os restantes participantes (grupo de agressores violentos não sexuais e grupo normativo). Mais concretamente, os sujeitos demonstravam menos sensibilidade às expressões de zanga, desgosto, surpresa e medo, expressões estas que Hudson et al. (1993) referiam ser aquelas que experienciavam as suas vítimas, daí a dificuldade destes sujeitos em detetá-las.

Relativamente à capacidade para lidar com a emoção, isto é, a forma como estes sujeitos gerem os seus estados emocionais, observámos no nosso estudo que os sujeitos apresentavam diferenças no modo como faziam a sua gestão emocional, sendo que os agressores sexuais foram aqueles que apresentaram menor capacidade para lidar com a emoção. Estas observações são discordantes com o estudo de Puglia et al. (2005), onde se verificou que os agressores sexuais e os agressores não sexuais não apresentavam diferenças na gestão emocional, entendendo-se que ambos geriam as suas emoções de forma adaptada. Em contrapartida, o nosso estudo vai ao encontro dos resultados observados por Moriarty et al. (2001), onde se verificou que os agressores sexuais demonstravam, no geral, uma inteligência emocional reduzida, onde eram menos claros acerca dos seus sentimentos, mais agressivos, com mais dificuldade em identificar sentimentos e com menos capacidade para moderar os seus estados de humor negativos e prolongar os positivos. Tais evidências vão ao encontro do estudo desenvolvido por Ross e Fontao (2006), que analisaram experiências emocionais numa população de agressores sexuais e numa população de agressores violentos não sexuais, e depararam-se com uma maior vulnerabilidade emocional em situações ameaçadores ou stressantes, maiores dificuldades na regulação de emoções e na mobilização de afetos positivos, por parte dos agressores sexuais, o que vai ao encontro dos nossos resultados.

Também em contexto prisional, Puglia et al. (2005) dão ênfase ao construto da inteligência emocional, como um método útil para observar o modo como estes indivíduos funcionam emocionalmente, o que reforça a pertinência da nossa hipótese. No entanto, os autores verificam que os agressores sexuais, quando comparados com agressores não sexuais, não apresentam diferenças no funcionamento emocional. Neste sentido, as conclusões destes autores entram não só em discordância com as conclusões de estudos anteriores (Moriarty et al., 2001; Hudson et al., 1993; Gillespie et al., 2012) realizados neste âmbito, como também com os nossos resultados, que apontam no sentido de serem os agressores sexuais, (quando comparados a outros criminosos violentos), os sujeitos que apresentam mais dificuldades na gestão e reconhecimento de emoções em si e nos outros, sugerindo que a capacidade destes em perceber, reconhecer e gerir emoções se encontra comprometida, o que corrobora a nossa hipótese.

Mais uma vez, julgamos ser importante chamar a atenção para a questão das diferenças dos grupos etários, já que a maior parte da literatura estuda a inteligência emocional e as emoções em população jovem e não em população adulta. Posto isto, o presente estudo pode ser considerado uma mais valia para a investigação, no sentido em

que nos acrescenta maior conhecimento na temática da inteligência emocional, quando comparada nos crimes em análise numa população adulta.

3. Autocontrolo e Tipo de Crime

Na terceira e última hipótese, era esperado que existissem diferenças significativas nos níveis de autocontrolo dos sujeitos condenados pelos crimes em análise. A presente hipótese, viu-se confirmada, o que é contrastante com a Teoria Geral do Crime, teoria subjacente a este estudo. Neste sentido, verificámos que os abusadores sexuais apresentam maiores níveis de autocontrolo que os restantes agressores. Segundo alguns autores (e.g. Kruttschnitt, Uggen & Shelton, 2000; Cleary, 2004; Hanson, Scott & Steffy, 1995), os agressores sexuais representam uma importante população, que pode ser estudada através da Teoria Geral do Crime. Entendemos assim, que estes sujeitos devem ser analisados como possuindo diferentes motivações para cometer o crime do que os restantes agressores (não sexuais), sendo necessário discutir algumas características desta população, numa tentativa de justificar a diferença observada entre os restantes grupos.

A análise dos resultados para esta hipótese, permitiu-nos observar que os agressores sexuais são sujeitos menos impulsivos e menos insensíveis às necessidades e sentimentos dos outros, comparativamente aos restantes agressores, tendo em conta a definição de autocontrolo de Gottfredson e Hirschi (1990). Estas observações, entram em desacordo com o estudo de Cleary (2004), o qual, ao estudar o autocontrolo em agressores sexuais e agressores não sexuais, não encontrou diferenças significativas nos indivíduos, verificando que estes utilizam mecanismos de autocontrolo semelhantes, o que vai ao encontro da Teoria Geral do Crime.

Kruttschnitt et al. (2000), relevam a importância das diferenças individuais e das motivações para cometer o crime, sob a ideia de baixos níveis de autocontrolo estarem relacionados com a oportunidade. Tendo em conta a teoria do autocontrolo, onde os sujeitos agem impulsivamente, imediatamente, ignorando quaisquer consequências negativas que possam resultar deste ato (Hirschi & Gottfredson, 2003), podemos perceber que algumas destas características não vão ao encontro de determinados comportamentos encontrados em certos abusadores sexuais. Embora existam abusadores sexuais que optam por meios físicos para que as suas vítimas lhes façam as vontades, há outros que lhes oferecem presentes, que as seduzem, com o objetivo de construírem relações de confiança e de afeto (e.g. Kaufman, Holmberg, Orts, McCrady, Rotzien, Daleiden, & Hilliker, 1998; Marshall & Christie, 1981). Mais ainda, o ciclo do abuso, passa muitas vezes por uma fase

de planeamento e preparação, em que o agressor já superou quaisquer obstáculos que o fazem não cometer o crime (Fisher, 2003). Estas últimas características podem, talvez, estar associadas aos níveis de autocontrolo encontrados nos nossos participantes, na medida em que os atos são planeados, a construção das relações é premeditada e são utilizadas estratégias de sedução pelo agressor. Estes aspetos mostram-nos como estes sujeitos tendem a adiar a gratificação, consistindo numa capacidade de maior controlo, o que vai ao encontro da ideia de Gottfredson e Hirschi (1990), quando referem que pessoas com níveis de autocontrolo mais elevados tendem a adiar a gratificação imediata dos desejos.

Para Kruttschnitt et al. (2000), as oportunidades colocadas aos sujeitos constituem a chave para o cometimento do crime. Numa análise mais pormenorizada aos resultados, consideramos a relação entre o autocontrolo e as oportunidades, pois os sujeitos não se envolvem em crimes se não surgirem oportunidades para tal, sendo que o sentido de oportunidade pouco pode influenciar um indivíduo com níveis elevados de autocontrolo. O facto dos nossos participantes já se encontrarem condenados pelo crime de abuso sexual de menores, leva-nos a levantar algumas questões relativamente a esta relação (autocontrolo e oportunidade). Supostamente, estes sujeitos não cometeriam o crime, na medida em que seriam capazes de resistir à situação do abuso. Assim, concluímos que estas circunstâncias, apesar de tudo, condicionaram a capacidade destes sujeitos de resistirem à oportunidade de transgredir. Nesta perspetiva, Gottfredson e Hirschi (1990), acrescentam que a falta de autocontrolo não conduz necessariamente ao crime, podendo ser contra-balanceada não só pelas circunstâncias, bem como por outras características individuais dos sujeitos, características estas que já foram referidas.

Tal como as agressões sexuais, as agressões violentas, como o homicídio, também podem ser alvo de alguma subjetividade, que pode explicar algumas das discrepâncias em relação à literatura que aborda a Teoria Geral do Crime e o autocontrolo. Apesar destas disparidades, podemos questionar-nos acerca das consequências que advêm deste tipo de crimes, quando pensamos na sua relação com o autocontrolo, oferecendo algumas possíveis explicações para estes resultados.

De acordo com Woodworth e Porter (2002), também o homicídio se encontra associado a diferentes contextos e a diferentes motivações, o que reforça a ideia de oportunidade de Gottfredson e Hirschi (1990). Numa análise dos baixos níveis de autocontrolo nos sujeitos condenados pelo crime de homicídio relativamente aos restantes agressores, devemos ter em conta a especificidade e a gravidade do crime subjacente. Segundo Durkheim (1992), o homicídio é das violações mais graves do direito do

indivíduo, pois é o único crime que não pode ser reparado. Ao considerarmos a pertinência desta afirmação, verificamos como é possível este crime estar associado a baixos níveis de autocontrolo, comparativamente aos restantes crimes, visto que uma das características de pessoas com baixo autocontrolo é precisamente a tendência para responder aos estímulos imediatamente, com uma resposta orientada para o “aqui” e “agora” (Gottfredson & Hirschi, 1990; Hirschi, 2004). Do ponto de vista de Almeida (1999), as circunstâncias (internas e externas ao sujeito) e as características individuais que conduzem ao ato homicida, também influenciam os indivíduos, o que é concordante com a Teoria Geral do Crime.

Através da análise dos nossos resultados, concluímos que o homicídio se encontra por detrás de baixos níveis de autocontrolo, que, em conjunto com outras características e traços de personalidade dos sujeitos, os fazem provocar um dano irreversível: a morte de outra pessoa. Se tivermos em conta a definição de autocontrolo imposta por Gottfredson e Hirschi, sabemos que todos os tipos de crime, nos mostram verdadeiras causas de baixo autocontrolo. No entanto, se pensarmos em termos de gravidade e de consequências para as vítimas, aquele que seria causa de menor autocontrolo, seria o homicídio, visto resultar na perda de uma vida. Por outro lado, os níveis mais elevados de autocontrolo, apresentados nos abusadores sexuais, remetem-nos para a ideia de que estes conseguem controlar melhor os seus comportamentos, não resultando em consequências tão drásticas, comparando com as consequências de um crime como o homicídio.

Apesar destes resultados não nos permitirem irem mais longe nas nossas conclusões, de uma forma generalizada, embora a ideia central desta teoria referir que os níveis de autocontrolo são a causa do comportamento desviante, não nos diz, de uma forma mais específica, que comportamentos desviantes específicos estão relacionados com esta teoria (Jones & Quisenberry, 2004).

4. Limitações

Como qualquer estudo de investigação, também este encontrou algumas limitações que importam debater. Com o objetivo de clarificar alguns dos resultados observados no presente estudo e para uma melhor compreensão destes, importa mencionar as suas principais limitações, que surgiram no decorrer da investigação.

Inicialmente, é importante referir as limitações referentes aos instrumentos e a forma como os mesmos são implementados. O facto de constituírem medidas de auto-relato relevam para a possibilidade de uma elevada desejabilidade social (onde as

respostas dos sujeitos podem ser enviesadas, tendo o simples conhecimento das normas sociais e daquilo que é socialmente aceite), e também uma percepção distorcida da realidade.

Outra limitação a ser apontada nesta investigação, prende-se com o facto de a recolha de dados ter sido realizada num contexto tão específico como é o contexto prisional. Para além desta recolha ter sido um processo moroso devido às suas questões burocráticas, o contexto onde estes indivíduos estão inseridos pode moldar o tipo de resposta às questões solicitadas. Tendo em conta que são sujeitos que vivem sob um clima de constante desconfiança, apesar de participarem voluntariamente no estudo, questionavam-se sobre a finalidade dos questionários e se poderiam ou não ser prejudicados pelos órgãos da justiça, o que pode também resultar num enviesamento das suas respostas.

5. Considerações Finais e Propostas para Estudos Futuros

Neste estudo, optou-se por perceber se características como o funcionamento familiar, a inteligência emocional e o autocontrolo sob a perspetiva de três tipos de crime: abuso sexual, violência doméstica e homicídio, apresentavam diferenças significativas. Julgo que foi uma mais valia do ponto de vista da Psicologia Criminal, no sentido que, tanto quanto sabemos, até à presente data, nenhum estudo comparou estas tipologias de crime, abordando estas três variáveis em simultâneo.

As diferenças com que nos deparamos entre os resultados deste trabalho e alguns estudos na literatura, particularmente quanto à questão dos ambientes familiares e do autocontrolo, levam-nos a refletir sobre algumas questões, que apresentamos em seguida.

Considerando a Teoria Geral do Crime, julgamos interessante poder especular sobre a hipótese desta teoria, que generaliza o baixo autocontrolo como causa dos comportamentos criminosos. De acordo com Fonseca e Simões (2002), é possível que a génese de diferentes tipos de comportamento anti-social ou criminoso necessitem de diferentes explicações. Assim, esta teoria deixa muitas portas abertas para aquilo que são as causas dos comportamentos criminosos.

Também do ponto de vista teórico, este estudo contribui com algumas direções interessantes a seguir. Ao avaliarmos o funcionamento familiar destes adultos no seu todo, estamos, em parte, a limitar a análise das famílias no que toca às relações que os sujeitos estabelecem com cada elemento do sistema familiar. De modo a compreendermos as

relações de mais proximidade, sugerimos que futuramente, também sejam analisados os estilos relacionais que os sujeitos mantêm com as figuras parentais.

Em Portugal, não existem muitos estudos no âmbito da Inteligência Emocional, sendo este um conceito muito amplo, dificultando a sua operacionalização. Contudo, concordamos que este é um construto essencial a ser estudado, não só em crianças e adolescentes mas também em adultos. Tendo em conta os resultados observados na expressão e gestão das emoções, nos sujeitos condenados por abuso sexual de menores, chamamos a atenção para a implementação de programas, no sentido de desenvolver mais estas competências, essenciais para o desenvolvimento do sujeito.

Finalmente, pensamos que seria importante, em investigações futuras, replicar o estudo, aumentando o número de participantes, o que possibilitaria uma maior robustez dos resultados e compreensão das variáveis. Neste sentido, seria também importante acrescentar uma escala de validade, de forma a despistar a influência da desejabilidade social (por exemplo, com itens retirados das escalas de validade do MMPI).

Referências

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma Visão Sistémica* (3a ed.). Coimbra: Quarteto.
- Alba, L. R., Solís, L., & Buen (2012). *Indicadores de víctimas visibles e invisibles de homicidio*. México: México Evalúa, Centro de Análisis de Políticas Públicas, A.C.
- Alberto, I. (2010). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Edições Almedina.
- Albuquerque, I. (2006). Abuso Sexual de Crianças: O Psicólogo na encruzilhada da Ciência com a Justiça. In A. Fonseca, M. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 437-470). Coimbra: Almedina.
- Alexander, P. (1992). Application of attachment theory to the study of sexual abuse. *Journal of Consulting & Clinical Psychology, 60* (2), 185–195.
- Almeida, F. (1999). *Homicidas em Portugal*. Maia: Publismai.
- American Psychological Association (A.P.A.). (2007). *APA dictionary of psychology* (G.R. VanDenBos Ed.). Washington DC: APA.
- Anderson, K., Umberson, D., & Elliot, S. (2004). Violence and Abuse in Families. In A. Vangelisti (Ed.), *Handbook of Family Communication* (pp. 629-645). London: Lawrence Earlbaum Associates, Publishers.
- Araújo, F. (2002). Violência e Abuso Sexual na Família. *Psicologia em Estudo, 7* (2), 3-11.
- Atudorei, I. (2011). Perspectives differences on domestic violence against women. *Bulletin of the Transilvania University of Brasov, 53* (4), 87-92.
- Azambuja, M. (2006). Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança? *Revista Virtual Textos e Contextos, 5*, 1-19.
- Balaias, D., Oliveira, V., & Almeida, F. (2012). O violador português: um olhar sobre a literatura. In F. Almeida & M. Paulino (Eds.), *Profiling, vitimologia e ciências forenses: perspetivas atuais* (pp. 393-427). Lisboa: Pactor.

- Benoit, J. (2004). *Tratamento das perturbações familiares* (2a ed.). Lisboa: Climepsi.
- Bischof, G., Stith, S., & Wilson, S. (1992). A comparison of the family systems of adolescent sexual offenders and nonsexual offending delinquents. *Family Relations*, *41*, 318-323.
- Bischof, G., Stith, S., & Whitney, M. (1995). Family environments of adolescent sex offenders and other juvenile delinquents. *Adolescence*, *117* (30), 157-170.
- Blaske, D., Borduin, C., Mann, B. & Henggeler, S. (1989). Individual, Family and Peer Characteristics of Adolescent Sex Offenders and Assaultive Offenders. *Developmental Psychology*, *5* (25), 846-855.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi.
- Burgess, A., Commons, M., Safarik, M., Loooper, R., & Ross, S. (2007). Sex offenders of the elderly: Classification by motive, typology and predictors of severity of crime. *Aggression and Violent Behavior*, *12*, 582-597.
- Cleary, S. (2004). *Sex-Offenders and Self-control. Explaining Sexual Violence*. New York: LFB Scholarly Publishing LLC.
- Coleman, E. Dwyer, S. M., Abel, G., Berner, W., Breiling, J., Eher, R., & Weiss, P. (2002). Standards of care for the treatment of adult sex offenders. In E. Coleman & M. Miner (Eds.), *Sexual offender treatment: Biopsychosocial perspectives* (pp.11-17). New York: Haworth.
- Crowne, D. P. & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, *24* (4), 349-354.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia*. Casa das Letras: Cruz Quebrada.
- De Antoni, C., Barone, L., & Koller, S. (2007). Indicadores de Risco e de Proteção em Famílias Fisicamente Abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *23* (2), 125-132.
- Durkheim, E. (1992). *Professional ethics and public morals*. New York: Routledge.

- Eaves, D., Douglas, K.S., Webster, C.D., Ogloff, J. P., & Hart, S. D. (2000). *Dangerous and Long term offenders. An assessment guide*. Burnaby BC: Simon Fraser University.
- Félix, J. (2003). Pedofilia: brevíssimo perfil do mistério de Laius. In E. Sá (Coord.), *Quero- te! Psicologia da sexualidade* (pp. 119-132). Coimbra: Quarteto.
- Finkelhor, D. (1990). *Sourcebook on child sexual abuse*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Fisher, D. (2003). Adult Sex Offenders. Who are they? Why and how do they do it? In T. Morrison, M. Erooga, & R. Beckett (Eds.), *Sexual Offending Against Children. Assessment and treatment of male abusers* (pp. 1-24). London: Routledge.
- Fonseca, A. (2002). Uma escala de autocontrolo: Dados preliminares para a população portuguesa. *Psychologica*, 30, 193-202.
- Fonseca, A. (2002a). *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. & Simões, A. (2002). A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi: o papel do autocontrolo, da família e das oportunidades. In A. Fonseca & A. Simões (Eds.), *Comportamento Anti-Social e Crime* (pp. 245-276). Coimbra: Almedina.
- Freitas, F. (2003). Abuso Sexual de Menores. In L. Fonseca, C. Soares, & J. M. Vaz (Eds.), *A Sexologia. Perspetiva Multidisciplinar II* (pp. 229-242). Coimbra: Quarteto.
- Gameiro, J. (1992). *Voando sobre a Psiquiatria*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gery I., Miljkovitch, R., Berthoz, S., & Soussignan, R. (2009). Empathy and recognition of facial expressions of emotion in sex offenders, non-sex offenders and normal controls. *Psychiatry Research*, 165, 252-262.
- Gillespie, S., Mitchell, I., Fisher, D., & Beech (2012). Treating disturbed emotional regulation in sexual offenders: The potencial applications of mindful self-regulation and controlled breathing techniques. *Agression and Violent Behavior*, 17, 333-343.

- Goleman, D. (1999). *Inteligência Emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Gomes, F. (2003). Parafilias. In L. Fonseca, C. Soares, & J. M. Vaz (Eds.), *A sexologia. Perspetivas Multidisciplinares I* (pp. 421-469). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R., Machado, C., & Sani, A. (1999). *Crimes Práticos e Testemunhos*. Universidade do Minho: Teknodesing.
- Gorall, D. & Olson, D. (1995). Circumplex model of family systems: Integrating ethnic diversity and other social systems. In R. Mikesell, D. Lusterman & S. McDaniel (Eds.), *Integrating family therapy: Handbook of family psychology and systems theory* (pp. 217-233). Washington, DC: American Psychological Association.
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Gouveia-Pereira, M., Gomes, H., Coutinho, S., & Martins, C. (2014). *Adaptação e Validação do Funcionamento Familiar (FACES IV) à população portuguesa*.
- Guimarães, R. & Cabral, J. (1997). *Estatística*. Lisboa: McGraw Hill.
- Hanson, R. K., Scott, H. & Steffy, R. A. (1995). A Comparison of Child Molesters and Nonsexual Criminals: Risk Predictors and Long-Term Recidivism. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 32 (3), 325-337.
- Harne, H. & Radford, J. (2008). *Tackling Domestic Violence: Theories, Policies and Practice*. Berkshire: Open University Press.
- Hilarski, C. & Christensen, C. (2006). Adult male sex offenders. In C. Hilarski & J. Wodarski (Eds.), *Comprehensive mental health practice with sex offenders and their families* (pp. 47-69). New York: The Haworth Press.
- Hirschi, T. (2004). Self-control and crime. In R. Baumeister & K. Vohs. (Eds.), *Handbook of self-regulation: research, theory and applications* (pp. 537-552). New York: Guilford Press.

- Hirschi, T. & Gottfredson, M. (2003). The Generality of deviance. In E. McLaughlin, J. Muncie & G. Hughes (Eds.), *Criminological Perspectives, Essential Readings* (pp. 151-159). London: Sage Publications.
- Hoff, L. A. (1994). *Violence Issues. An Interdisciplinary Curriculum guide for professionals*. Ottawa: Health Canada.
- Hoffman, L. (1981). *Foundations of family therapy*. New York: Basic Books.
- Hudson, S. M., Marshall, W. L., Wales, D., McDonald, E., Bakker, L.W., & McLean, A. (1993). Emotional recognition skills of sex offenders. *Annals of Sex Research, 6*, 199-211.
- Howells, K., Day, A., & Wright, S. (2004). Affect, Emotions and Sex Offending. *Psychology, Crime & Law, 10* (2), 179-195.
- Jones, S. & Quisenberry, N. (2004). The General Theory of Crime: how general is it? *Deviant Behavior, 25*, 401-426.
- Kaplan, R. M. & Saccuzzo, D. P. (2013). Writing and Evaluating Test Items. In R. M. Kaplan & D. P. Saccuzzo (Eds.), *Psychological Assessment and Theory: Creating and Using Psychological Tests* (pp. 193-220). Wadsworth Cengage Learning.
- Karakurt, G. & Silver, K. (2014). Therapy for Childhood Sexual Abuse Survivors Using Attachment and Family Systems Theory Orientations. *The American Journal of Family Therapy, 42*, 79-91.
- Kaufman, K. L., Holmberg, J. K., Orts, K. A., McCrady, F. E., Rotzien, A. L., Daleiden, E. L., & Hilliker, D. R. (1998). Factors influencing sexual offenders modus operandi: An examination of victim-offender relatedness and age. *Child Maltreatment, 3*, 349-361.
- Kishor, S. (2005). The heavy burden of a silent scourge: domestic violence. *Public Health, 117* (2), 77-78.

- Knopp, F. H. (1985). Recent developments in the treatment of adolescent sex offenders. In E. M. Otey & G. D. Ryan (Eds.), *Adolescent sex offenders: Issues in research and treatment* (pp. 1-27). Rockville, MD: U.S. Department of Health and Human Services.
- Konvalina-Simas, T. (2012). *Profiling Criminal. Introdução à Análise Comportamental no Contexto Investigativo*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Kruttschnitt, C., Uggen, C., & Shelton, K. (2000). Predictors of desistance among sex offenders: the interaction of formal and informal social controls. *Justice Quarterly*, 17 (1), 61-87.
- LeBlanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação Familiar da Conduta Delinquente em Adolescentes. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-social e Família*. (pp. 37-92). Coimbra: Almedina.
- Lourenço, N. & Carvalho, M. J. (2000). Violência doméstica: Conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. Seminário. Procuradoria-Geral da República. Gabinete da Ministra para a Igualdade. Junho.
- Lourenço, N. & Lisboa, M. (1998). *Dez Anos de Crime em Portugal. Análise Longitudinal da criminalidade participada às Polícias*. Gabinetes de Estudos Jurídicos-Sociais do Centro de Estudos Judiciários: Lisboa.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2003). Escala de crenças sobre violência conjugal (ECVC). In L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado & M. M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação Psicológica; instrumentos validados para a população portuguesa* (pp. 127-140). Coimbra: Quarteto.
- Marshall, W. L. & Christie, M. (1981). Pedophilia and Agression. *Criminal Justice and Behavior*, 8, 145-158.
- Marshall, W. L., Hudson, S. M., Jones, R., & Fernandez, Y. M. (1995). Empathy in Sex Offenders. *Clinical Psychology Review*, 5 (2), 99-113.
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex SPSS)*. (4ªEd.). Pêro Pinheiro: Report Number.

- Martin, D. & Boeck, K. (1997). *QE: O que é a Inteligência Emocional*. Lisboa: Pergaminho.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes. Vol. I: Adultos* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M. (2005). Avaliação Psicológica de vítimas de maus tratos conjugais. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 159-186). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M., Machado, A., Santos, A., & Machado, C. (2012). Intervenção em Grupo com Vítimas de Violência Doméstica: Uma Revisão da sua Eficácia. *Avaliação Psicológica*, 30 (1-2), 79-91.
- Mayer, J. & Geher, G. (1996). Emotional Intelligence and the Identification of Emotion. *Intelligence*, 22, 89-113.
- Mayer, J. D. & Salovey, P. (1997). What Is Emotional Intelligence? In P. Salovey & D. J. Sluyter (Eds.), *Emotional Development and Emotional Intelligence*. New York: Basic Books.
- Mayer, J. D., Caruso, D. R., & Salovey, P. (1999). Emotional intelligence meets traditional standarts for an intelligence. *Intelligence*, 27, 267-298.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monastersky, C. & Smith, W. (1985). Juvenile Sexual Offenders: A Family Systems Paradigm. In E. M. Otey & G. D. Ryan (Eds.), *Adolescent Sexual Offenders. Issues in Research and Treatment* (pp. 164-175). Rockville: MD:USDHHS.
- Monteiro, F. (2000). *Mulheres Agredidas pelos Maridos: De Vítimas a Sobreviventes*. Lisboa: Gráfica 2000.
- Moreira, N. A. (2008). *Sufrimento, desespero e comportamentos suicidários na prisão*. Coimbra: Quarteto.

- Moriarty, N., Sough, C., Tidmarsh, P., Eger, D., & Dennison, S. (2001). Deficits in emotional intelligence underlying adolescent sex offending. *Journal of Adolescence*, 24, 743-751.
- Nye, F. I. (1958). *Family Relationships and Delinquent Behavior*. New York: John Wiley & Sons.
- O'Brien, M. (1985). Adolescent sexual offenders: An outpatient program's perspective on research directions. In E. M. Otey & G. D. Ryan (Eds.), *Adolescent sex offenders: Issues in research and treatment* (pp. 147-163). Rockville, MD: U.S. Department of Health and Human Services.
- Olson, D. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22 (2), 144-167.
- Olson, D. & Gorall, D. (2003). Circumplex Model of Marital and Family Systems. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes: Growing diversity and complexity* (3a ed., pp. 514-548). New York: Guilford Press.
- Olson, D. (2011). FACES IV and the Circumplex Model: Validation Study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 3 (1), 64-80.
- Palermo, G. B. & Kocsis, R. N. (2005). *Offender Profiling: An introduction to the sociopsychological Analysis of Violent Crime*. EUA: Charles C. Thomas Publisher LTD.
- Paulino, M. (2012). Caracterização dos Abusadores Sexuais de Crianças. In F. Almeida & M. Paulino (Eds.), *Profiling, Vitimologia e Ciências Forenses. Perspetivas Atuais*. (pp. 361-376). Lisboa: Pactor.
- Pereira, J. (2007). Distorções Cognitivas e Agressão Sexual: Estudo Exploratório com Agressores intra e extra-familiares. Manuscrito não publicado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2003). *A complementaridade de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* (3ªed.) Lisboa: Sílabo.

- Pina, A. (2013). Quanto mais me bates, menos gosto de mim. Abordagem da Violência Doméstica em cuidados de saúde primários. *Revista Portuguesa de Medicina Geral Familiar*, 29 (4), 250-254.
- Piquero, A., MacDonald, J., Dobrin, A., Daigle, L. E., & Cullen, F. T. (2005). Self-Control, and Homicide Victimization: Assessing The General Theory of Crime. *Journal of Quantitative Criminology*, 21 (1), 55-71.
- Puglia, M., Stough, C., Carter, J. D., & Joseph, M. (2005). The emotional intelligence of adult sex offenders: ability based IE assessment. *Journal of sexual aggression*, 11 (3), 249-258.
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da Família: Perspectiva Sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Rijo, D. & Sousa, M. (2002). Gerar Percursos Sociais, um programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento desviante – bases conceptuais, estrutura e conteúdos. *Infância e Juventude*, 33-74.
- Ross, T. & Fontao, M. (2006). Self-regulation and emotional experience: preliminary findings in non-sexual and sexual offenders. *Sexual Offender Treatment*, 2 (1).
- Salovey, P. & Mayer, J. (1990). Emotional Intelligence. *Imagination, Cognition and Personality*, 9. 185-211.
- Sampaio, D. & Gameiro, J. (2005). *Terapia Familiar* (6a ed.). Porto: Afrontamento.
- Santos, N. & Faria, L. (2005). Inteligência emocional: Adaptação do “Emotional Skills and Competence Questionnaire” (ESCQ) ao contexto português. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UFP*, 2, 275-289.
- Salter, A. (2003). *Pedofilia e outras Agressões Sexuais: Como nos podemos proteger a nós e aos nossos filhos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Savitsky, J. & Czyzewski, D. (1978). The Reaction of Adolescent Offenders and Nonoffenders to Nonverbal Emotion Displays. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 6 (1), 89-96.

- Silva, L. L., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface, Comunicação, Saúde, Educação*, 11 (21), 93-103.
- Smallbone, S. W. & Dadds, M. R. (2000). Attachment and Coersive Sexual Behavior. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12 (1), 3-15.
- Sousa, J. (2006). As Famílias como Projeto de Vida. O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e na parentalidade. *Saber (e) Educar*, 11, 41-47.
- Stith, S. & Bischof, G. (1996). Communication Patterns in Families of Adolescent Sex Offenders. In D. D. Cahn & S. A. Lloyd (Eds.), *Family Violence From a Communication Perspective* (pp. 108-126). New York: Sage Publications.
- Van Giseghem, H. (1988). *La personnalité de l'abuseur: Typologie à partir de l'optique psychodynamique*. Montréal: Éditions du Méridien.
- West, D. J. (1983). Sex Offenses and Offending. *Crime and Justice: An annual review of Research*, 5, 183-233.
- Winters, J., Clift, R., & Dutton, D. (2004). An Exploratory Study of Emotional Intelligence and Domestic Abuse. *Journal of Family Violence*, 19 (5), 255-267.
- Woodworth, M., & Porter, S. (2002). In cold blood: Characteristics of criminal homicides as a function of psychopathy. *Journal of Abnormal Psychology*, 111 (3), 436-445.

Anexos

INSTRUÇÕES

A presente investigação está a ser desenvolvida pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada, no âmbito do Mestrado em Psicocriminologia pela aluna Rita Freire Lopes sob orientação da Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira.

Neste estudo, estamos interessados em compreender a sua opinião acerca da família e das suas relações.

A participação neste estudo é voluntária.

Apenas os investigadores envolvidos no projeto terão acesso aos dados e, por isso, as respostas são **totalmente confidenciais** e **anónimas**. Por favor, não escreva o seu nome ou outro elemento identificativo em nenhuma das páginas do questionário.

Caso aceite participar neste estudo, pedimos-lhe que responda às questões que são colocadas, assinalando a opção que melhor corresponde à sua opinião.

Não há respostas certas ou erradas. Apenas pretendemos conhecer a sua opinião sincera.

Desde já agradecemos a sua atenção!

CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro que tomei conhecimento das condições de participação neste estudo e disponho-me a participar de forma voluntária e a responder de forma sincera.

Data: ____ / ____ / ____

Questionário Sociodemográfico

1. **Idade** _____ (anos)

2. **Nacionalidade** _____

3. **Estado civil:** Solteiro Casado União de facto

Divorciado/Separado Viúvo

4. **Habilitações Literárias** _____

5. **Profissão** _____

6. **É a primeira vez que está preso?**

Sim (avançar para a pergunta 9) Não (continuar para pergunta 7)

7. **Se não, quantas vezes foi preso?** _____

8. **E porque motivo(s)?**

9. **Qual o crime pelo qual está condenado?** _____

10. **Com quem vivia antes de ser preso?** _____

11. **Algun familiar seu já teve contacto com a justiça?**

Sim Não

11. **Se sim, qual o grau de parentesco?** _____

11.1. **Quantas vezes esteve preso?** _____

11.2. **Qual o(s) motivo(s) pelo qual essa(s) pessoa(s) esteve presa?**

Gostaria agora que pensasse na sua família. Já pensou?

Escolha (preenchendo com uma cruz) a opção para cada afirmação que melhor corresponda ao que acontece na sua família.

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|--|---|---|---|---|---|
| 1. Os membros da minha família estão envolvidos nas vidas uns dos outros. | | | | | |
| 2. A minha família tenta novas formas de lidar com os problemas. | | | | | |
| 3. Nós damos-nos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro. | | | | | |
| 4. Nós passamos “demasiado” tempo juntos. | | | | | |
| 5. Na nossa família, há consequências rigorosas para quem quebra as regras. | | | | | |
| 6. Na nossa família, parece que nunca nos conseguimos organizar. | | | | | |
| 7. Os membros da minha família sentem-se muito próximos uns dos outros. | | | | | |
| 8. Os pais partilham a liderança na nossa família. | | | | | |
| 9. Os membros da minha família parecem evitar o contacto uns com os outros quando estão em casa. | | | | | |
| 10. Os membros da minha família sentem-se pressionados a passarem juntos a maior parte do seu tempo livre. | | | | | |
| 11. Existem consequências claras quando um membro da minha família faz alguma coisa errada. | | | | | |
| 12. É difícil saber quem é o líder da nossa família. | | | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| 13. Os membros da minha família apoiam-se uns aos outros durante tempos difíceis. | | | | | |
| 14. Na nossa família a disciplina/regras são justas. | | | | | |
| 15. Os membros da minha família sabem muito pouco acerca dos amigos dos outros membros da família. | | | | | |
| 16. Os membros da minha família são demasiado dependentes uns dos outros. | | | | | |
| 17. Na nossa família há uma regra para quase todas as situações. | | | | | |
| 18. Na nossa família as coisas (tarefas/atividades) não são feitas. | | | | | |
| 19. Os membros da minha família consultam/conversam com os outros membros da família sobre decisões importantes. | | | | | |
| 20. Quando necessário, a minha família é capaz de se ajustar à mudança. | | | | | |
| 21. Os membros da minha família “estão por sua conta” quando existe um problema para resolver. | | | | | |
| 22. Os membros da minha família têm pouca necessidade de ter amigos fora da família. | | | | | |
| 23. A nossa família é extremamente organizada. | | | | | |
| 24. Não é claro quem é o responsável por coisas (tarefas, atividades) na nossa família. | | | | | |
| 25. Os membros da minha família gostam de passar algum do seu tempo livre uns com os outros. | | | | | |
| 26. Na minha família, passamos a responsabilidades domésticas de pessoa para pessoa. | | | | | |
| 27. A minha família raramente faz coisas/atividades em conjunto. | | | | | |
| 28. Na minha família sentimo-nos demasiado ligados uns aos outros. | | | | | |
| 29. A nossa família fica frustrada quando há uma alteração nos nossos planos ou rotinas. | | | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| 30. Não existe liderança na nossa família. | | | | | |
| 31. Apesar de os membros da minha família terem interesses individuais, ainda assim participam em atividades familiares. | | | | | |
| 32. Na nossa família temos regras e papéis claros. | | | | | |
| 33. Os membros da minha família raramente dependem uns dos outros. | | | | | |
| 34. Nós ressentimo-nos quando os membros da família fazem coisas fora da família. | | | | | |
| 35. É importante seguir as regras na nossa família. | | | | | |
| 36. A minha família tem dificuldade em saber quem faz as diferentes tarefas domésticas. | | | | | |
| 37. A nossa família tem um bom equilíbrio entre separação e proximidade, entre uns e outros. | | | | | |
| 38. Quando surgem problemas, nós estabelecemos compromissos. | | | | | |
| 39. Os membros da família funcionam principalmente, de forma independente. | | | | | |
| 40. Os membros da família sentem-se culpados se quiserem passar o seu tempo longe da família. | | | | | |
| 41. Quando uma decisão é tomada, é muito difícil modificá-la. | | | | | |
| 42. A nossa família sente-se sobre pressão desorganizada. | | | | | |
| 43. Os membros da minha família estão satisfeitos com a forma como comunicam uns com os outros. | | | | | |
| 44. Os membros da minha família são muito bons ouvintes. | | | | | |
| 45. Os membros da minha família expressam afectos uns pelos outros. | | | | | |
| 46. Os membros da minha família são capazes de pedir uns aos outros o que querem. | | | | | |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| 47. Os membros da minha família podem calmamente discutir os problemas uns com os outros. | | | | | |
| 48. Os membros da minha família discutem as suas ideias e crenças uns com os outros. | | | | | |
| 49. Quando os membros da minha família fazem perguntas uns sobre os outros, obtêm respostas honestas. | | | | | |
| 50. Os membros da minha família tentam compreender os sentimentos uns dos outros. | | | | | |
| 51. Quando zangados, os membros da minha família raramente referem aspectos negativos acerca uns dos outros. | | | | | |
| 52. Os membros da minha família expressam os seus verdadeiros sentimentos uns aos outros. | | | | | |

Acabou de responder a um conjunto de afirmações sobre a sua família, gostaríamos de saber quem foram os principais familiares nos quais pensou

Acabou de nos dar a sua opinião relativamente à sua família e ao modo como ela funciona. Peço-lhe agora que leia cada uma das afirmações que a seguir se apresentam e responda pondo uma cruz no número que melhor corresponde à sua opinião, usando a escala que se segue:

| 1 Nunca | 2 Raramente | 3 Algumas vezes | 4 Frequentement | 5 Sempre |
|------------|----------------|-----------------------|--------------------|-------------|
|------------|----------------|-----------------------|--------------------|-------------|

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Consigo manter-me de bom humor, mesmo que alguma coisa má aconteça. | | | | | |
| | Consigo exprimir os meus sentimentos e emoções em palavras. | | | | | |
| | Quando encontro alguém conhecido, apercebo-me logo da sua disposição. | | | | | |
| | Consigo manter-me de bom humor, mesmo quando os que me rodeiam estão de mau humor. | | | | | |
| | Quando alguma coisa me desagrada, demonstro-o logo. | | | | | |
| | Quando vejo como alguém se sente, geralmente sei o que lhe dizer. | | | | | |
| | As experiências desagradáveis ensinam-me o que não devo fazer. | | | | | |
| | Consigo facilmente arranjar maneira de me aproximar das pessoas de quem gosto. | | | | | |
| | Consigo perceber a diferença, se os meus amigos estão tristes ou decepcionados. | | | | | |
| 1 | Quando alguém me elogia, trabalho com maior entusiasmo. | | | | | |
| 1 | Consigo facilmente descrever as emoções que estou a sentir. | | | | | |
| 1 | Consigo facilmente notar as mudanças de humor nos meus amigos. | | | | | |
| 1 | Quando não gosto de uma pessoa, arranjo maneira de lho mostrar. | | | | | |
| 1 | Exprimo bem as minhas emoções. | | | | | |
| 1 | Consigo facilmente fazer feliz um amigo no dia do seu aniversário. | | | | | |
| 1 | Quando estou de bom humor, é difícil ficar mal disposto. | | | | | |
| 1 | Consigo exprimir a forma como me sinto. | | | | | |
| 1 | Ao observar uma pessoa junto de outras, sou capaz de descrever bem as suas emoções. | | | | | |
| 1 | Quando estou de bom humor, todos os problemas parecem ter solução. | | | | | |
| 2 | Consigo descrever o meu estado emocional atual. | | | | | |
| 2 | Consigo perceber quando alguém se sente desanimado. | | | | | |
| 2 | Quando estou com alguém que me admira, tenho cuidado com a forma como me comporto. | | | | | |
| 2 | Posso afirmar que conheço bem o meu estado emocional. | | | | | |
| 2 | Consigo descrever os sentimentos de uma pessoa a partir da expressão da sua cara. | | | | | |

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|--|---|---|---|---|---|
| 2 | Quando estou feliz e bem humorado, estudo e trabalho melhor. | | | | | |
| 2 | O meu comportamento reflete os meus sentimentos mais profundos. | | | | | |
| 2 | Consigo detectar a inveja disfarçada nos outros. | | | | | |
| 2 | Se eu quiser mesmo, consigo resolver problemas que parecem sem solução. | | | | | |
| 2 | As pessoas são sempre capazes de descrever o meu estado de humor. | | | | | |
| 3 | Percebo quando alguém tenta esconder o seu mau humor. | | | | | |
| 3 | Consigo facilmente persuadir um amigo de que não há razões para se preocupar. | | | | | |
| 3 | Normalmente sei as razões porque me sinto mal. | | | | | |
| 3 | Percebo quando alguém se sente culpado. | | | | | |
| 3 | Procuro moderar as emoções desagradáveis e reforçar as positivas. | | | | | |
| 3 | Considero fácil manifestar carinho a pessoas do sexo oposto. | | | | | |
| 3 | Percebo quando alguém tenta esconder os seus verdadeiros sentimentos. | | | | | |
| 3 | Não há nada de mal com o modo como habitualmente me sinto. | | | | | |
| 3 | Consigo nomear e descrever a maioria dos meus sentimentos | | | | | |
| 3 | Percebo quando alguém está em baixo. | | | | | |
| 4 | Cumpro os meus deveres e obrigações com prontidão, em vez de estar a pensar neles. | | | | | |
| 4 | Consigo reconhecer a maioria dos meus sentimentos. | | | | | |
| 4 | Percebo quando o comportamento de alguém varia em função do seu humor. | | | | | |
| 4 | Tento manter o bom humor. | | | | | |
| 4 | Sei como surpreender de forma agradável cada um dos meus amigos. | | | | | |
| 4 | No que me diz respeito, é normal sentir o que sinto agora. | | | | | |

Por fim, depois de responder a algumas questões relacionadas com as emoções e com a sua gestão, irá encontrar mais um conjunto de afirmações. Por favor, leia com atenção cada uma das afirmações que se apresentam e indique até que ponto elas se aplicam a si, colocando uma cruz, no respetivo rectângulo. Tem sempre 4 possibilidades de resposta.

| Nada | Um Pouco | Bastante | Muito |
|------|----------|----------|-------|
|------|----------|----------|-------|

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 1. Faço as coisas impulsivamente, sem parar para pensar. | | | | |
| 2. Não penso muito nem faço muito esforço para preparar futuro. | | | | |
| 3. Prefiro fazer o que me dá prazer imediato mesmo que isso prejudique os meus objectivos mais tarde. | | | | |
| 4. Evito coisas que sei que são difíceis. | | | | |
| 5. Preocupo-me mais com o que me pode acontecer a curto prazo do que com o que me pode acontecer a longo prazo. | | | | |
| 6. Quando as coisas se tornam complicadas, eu retraio-me e facilmente renuncio a lutar por elas. | | | | |
| 7. As coisas que são fáceis de fazer são as que na vida me dão maior prazer. | | | | |
| 8. Não gosto mesmo nada das tarefas que exigem o máximo das minhas capacidades. | | | | |
| 9. Gosto de me desafiar a mim próprio fazendo, de vez em quando, coisas que são um pouco perigosas. | | | | |
| 10. Faço coisas arriscadas só para me divertir. | | | | |
| 11. Acho estimulante fazer coisas que me podem trazer problemas. | | | | |
| 12. A excitação e a aventura são mais importantes para mim do que a segurança. | | | | |
| 13. Se pudesse escolher, preferia atividades físicas a atividades que obrigam a pensar. | | | | |
| 14. Sinto-me melhor quando tenho de me mexer para fazer qualquer coisa do que quando estou sentado a refletir. | | | | |
| 15. Gosto mais de sair e fazer coisas do que ficar em casa a ler ou a pensar. | | | | |
| 16. Pareço ter mais energia e necessitar de mais atividade do que a maioria das pessoas da minha idade. | | | | |
| 17. Procuo primeiro tratar de mim, mesmo que isso venha prejudicar os outros. | | | | |
| 18. Não tenho muita simpatia pelos outros quando eles estão com problemas. | | | | |
| 19. Se o que eu faço magoa os outros, o problema é deles não meu. | | | | |
| 20. Procuo obter as coisas que quero mesmo sabendo que isso causa problemas às outras pessoas. | | | | |
| 21. Irrito-me e descontrolo-me facilmente. | | | | |

| Nada | Um Pouco | Bastante | Muito |
|-------------|-----------------|-----------------|--------------|
|-------------|-----------------|-----------------|--------------|

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 22. Quando estou zangado com as outras pessoas, sinto mais disposição para as magoar do que para lhes explicar por que é que estou zangado. | | | | |
| 23. Quando estou verdadeiramente chateado é melhor que os outros se mantenham afastados. | | | | |
| 24. Quando tenho um desentendimento grave com alguém, é-me difícil falar sobre isso sem ficar transtornado. | | | | |

Muito obrigado pela sua participação.

